



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Marina Fernandes Ferreira

O PAPEL DO *FACT-CHECKING* NO COMBATE À
“INFODEMIA” SOBRE COVID-19
O CASO DO JORNAL POLÍGRAFO

Relatório de Estágio do Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientado pela
Professora Doutora Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral, apresentado ao
Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra

Outubro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

O PAPEL DO *FACT-CHECKING* NO COMBATE À “INFODEMIA” SOBRE COVID-19:

O CASO DO JORNAL POLÍGRAFO

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	O PAPEL DO <i>FACT-CHECKING</i> NO COMBATE À “INFODEMIA” SOBRE COVID-19
Subtítulo	O Caso do Jornal Polígrafo
Autor/a	Marina Fernandes Ferreira
Orientador/a(s)	Doutora Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral
Júri	Presidente: Doutor João Manuel Santos de Miranda Vogais: Doutor João José Figueira da Silva Doutora Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral
Identificação do Curso	2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação
Área científica	Jornalismo e Comunicação
Especialidade/Ramo	Profissional
Data da Defesa	14-12-2021
Classificação do Relatório	17
Classificação do Estágio e Relatório	17



*“A lie can travel around the world
and back again while the truth is lacing
up its boots.”*

Mark Twain

AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento vai para os meus pais, a minha irmã e o meu irmão. Pelo apoio incondicional ao longo de todo o meu percurso académico e por serem o meu porto de abrigo, sempre.

Ao João, que é o primeiro a acreditar em mim e que celebra cada uma das minhas pequenas vitórias como se fossem dele. Não podia ter melhor pessoa ao meu lado.

Aos meus amigos de sempre e para sempre, Ana, Andreia e Manel, tenho muita sorte por tê-los como casa em Lisboa e em toda a parte.

À Mónica, Maria e Guerra, que me acompanharam pelos corredores da FDUC, a minha primeira casa em Coimbra, e que viveram comigo cada saída à noite e cada época de exames. Levo-as para a vida.

Aos docentes do Mestrado em Jornalismo e Comunicação por todo o conhecimento transmitido, em especial à Professora Inês Amaral por toda a orientação e auxílio indispensável para a elaboração deste relatório.

Não posso deixar de agradecer ao diretor do Polígrafo, Fernando Esteves, ao subdiretor Gustavo Sampaio e à editora Cátia Costa, pela oportunidade de estágio que me concederam e por terem acreditado e investido em mim desde o primeiro dia em que entrei na redação. A toda a equipa do jornal, um grande obrigada por todos os ensinamentos, conselhos e valores jornalísticos transmitidos, vou levá-los comigo para onde quer que o meu percurso profissional me leve.

Agradeço a Coimbra, por, no meio da dúvida, me ter proporcionado as maiores certezas que tenho na vida.

RESUMO

O Papel do *Fact-checking* no combate à “infodemia” sobre Covid-19

A pandemia de Covid-19 veio criar um cenário inédito, não só em termos de saúde pública, com a determinação de medidas de isolamento social sem precedentes, mas também de partilha de informação massiva nas redes sociais – classificada pela OMS enquanto uma “infodemia”. Na comunicação política sobre a situação pandémica, foram vários os erros cometidos numa fase inicial, principalmente devido à escassez de informação e evidência científica sobre a nova doença.

Em resposta à quantidade alarmante de desinformação sobre o SARS-CoV-2 e aos perigos que esta acarreta para a saúde pública, observou-se a mobilização generalizada das plataformas de *fact-checking* numa tentativa de identificar e corrigir informações falsas. No presente relatório, realiza-se uma revisão literária às origens, desenvolvimento e estado atual dos projetos que se dedicam à atividade de verificação de factos. Além disso, analisa-se o papel que os *fact-checkers* tiveram na mitigação da desinformação sobre Covid-19 e quais as limitações que a sua atividade apresenta neste contexto.

No âmbito do estágio realizado no Jornal “Polígrafo”, foi objetivo do presente estudo analisar os artigos de *fact-check* sobre Covid-19 publicados entre setembro e dezembro de 2020. Com o propósito de apurar tendências desinformativas, foram recolhidos dados relativos à origem da informação analisada, às classificações atribuídas dentro da escala do Polígrafo, aos tópicos trabalhados, aos métodos de verificação utilizados e, por fim, aos países aos quais se referia o conteúdo verificado. Uma das principais conclusões do estudo é a predominância das verificações de factos que versam sobre informação classificada com um determinado grau de falsidade. É também perceptível de que modo a evolução da pandemia e os avanços científicos obtidos, por exemplo, através do desenvolvimento da primeira vacina contra a doença, afetaram a quantidade e tipo de conteúdo verificado sobre Covid-19.

Palavras-chave: Desinformação; *Fact-checking*; Pandemia; Covid-19; Saúde Pública

ABSTRACT

The role of Fact-checking on fighting the “infodemy” about Covid-19

The Covid-19 pandemic created an unprecedented scenario, not only related to public health with the new measures of social distancing, but also with the sharing of massive amounts of information on social networks, classified as an “infodemy” by the OMS. Regarding political communication about the pandemic status, a vast number of errors was committed on an initial stage, due to the lack of information and scientific evidence about the new disease.

As an answer to the alarming quantity of disinformation about SARS-COV-2 and its dangers to public health, fact-checking platforms mobilized to attempt on identifying and correcting false or deceitful information. In this article, a literary review is made on the origins, development and the state of the actual journals and sites, that dedicate their activity for fact-checking purposes. Moreover, we analyse the role of fact-checking in mitigating the disinformation about Covid-19, and its limitations in this context.

In scope with the internship on the journal “Polígrafo”, this study aims to analyse the fact-checking articles about Covid-19 published between September and December of 2020. With the purpose of finding disinformation tendencies, data was recollected regarding the origin of the analysed information, the classification selected in the scale defined by the journal, the worked topics, the verification methods used and, at last, the countries which referred to the verified content.

One of the first conclusions of this study is the predominance on verifications regarding information classified with a degree of falseness. It is also perceptible in this study how the pandemic and the inherent scientific evolution affected the type of Covid-19 content that was verified. We can look at the development of the first vaccine as an example.

Keywords: Disinformation; Fact-checking; Pandemic; Covid-19; Public Health

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. Origens, desenvolvimento e consagração da atividade de <i>fact-checking</i>	3
1.1. A emergência do <i>fact-checking</i> político nos EUA	5
1.2. A “pós-verdade” e os novos agentes de gatekeeping	6
1.3. O papel das eleições norte-americanas de 2016, o Brexit e as eleições brasileiras de 2018 na alteração definitiva do panorama desinformativo	9
1.4. Estado atual e futuro do <i>fact-checking</i>	14
2. Estágio Curricular no Jornal Polígrafo	17
2.1. Apresentação do Jornal Polígrafo	17
2.1.1. Método de verificação e escala de classificação	19
2.1.2. Integração na International Fact-checking Network	21
2.1.3. Financiamento	21
2.1.4. Parceria com o Facebook	22
2.1.5. Programa televisivo na SIC	22
2.2. Reflexão pessoal do estágio	23
2.3. Contextualização da escolha do tema	26
3. O papel do <i>fact-checking</i> no combate à desinformação sobre a pandemia de Covid-19	27
3.1. Principais fenômenos desinformativos relacionados com o novo coronavírus	27
3.2. Os <i>fact-checkers</i> como meios de moderação e de estabilização da informação sobre a Covid-19	32
3.3. Limitações da atividade de <i>fact-checking</i> neste contexto	33
4. Estudo de caso: Análise dos <i>fact-checks</i> sobre Covid-19 publicados pelo Jornal Polígrafo entre setembro e dezembro de 2020	35
4.1. Metodologia	36
4.2. Análise global dos <i>fact-checks</i> sobre Covid-19 entre setembro e dezembro de 2020	37
4.2.1. Origem da informação verificada	39
4.2.2. Classificações atribuídas aos <i>fact-checks</i> em análise	41
4.2.3. Temas concretos dos <i>fact-checks</i> em análise	44
4.2.4. Métodos de verificação	46
4.2.5. Países aos quais está associada a informação verificada	48
4.3. Discussão de resultados	50
CONCLUSÃO	58
BIBLIOGRAFIA	61

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Novos fact-checkers por ano (Fonte: Reporter’s Lab Fact-checking Census 2021)	14
Figura 2 - Evolução do número de novos casos de Covid-19 em Portugal desde o início da pandemia. (Fonte: Site oficial da DGS – Ponto da Situação Atual em Portugal)	51

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número total de fact-checks e número relativo de fact-checks sobre Covid-19 entre 1 de setembro e 31 de dezembro de 2020	38
Gráfico 2 - Percentagem de artigos de fact-check sobre Covid-19	39
Gráfico 3 - Número e percentagem de artigos de <i>fact-checking</i> sobre Covid-19	40
Gráfico 4 - Número e percentagem das classificações atribuídas aos fact-checks sobre Covid-19 em cada um dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020	42
Gráfico 5 - Número e percentagem das classificações atribuídas ao total dos fact-checks sobre Covid-19 publicados entre 1 de setembro e 31 de dezembro de 2020	43
Gráfico 6 - Número e percentagem de artigos sobre Covid-19 em que a informação verificada está relacionada com Portugal e com países estrangeiros	48
Gráfico 7 - Número de artigos de <i>fact-checking</i> realizados a partir de informação proveniente de cada um dos 17 países	49

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela 1 Distribuição dos fact-checks sobre Covid-19 realizados entre 1 de setembro e 31 de dezembro por tópicos	45
Tabela 2 - Percentagem e número de artigos em que os diferentes métodos de verificação foram utilizados nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro	47
Tabela 3 - Número de artigos por mês e tópico cruzados com o número e percentagem destes que estão classificados com a avaliação “falso”	54
Tabela 4 -Análise concreta ao mês de dezembro por cada um dos indicadores analisados	56

INTRODUÇÃO

Apesar de as suas origens remontarem a décadas anteriores, a atividade jornalística de *fact-checking* começou a massificar-se nos EUA, na década de 90 e início do século XXI. Os primeiros alvos do método de escrutínio foram, maioritariamente, figuras do espectro político norte-americano, destacando-se as épocas eleitorais como períodos de excelência para a verificação das afirmações com potencial desinformativo proferidas por figuras políticas mediáticas.

A massificação da utilização dos espaços online e o advento das redes sociais transformaram por completo o modo como os indivíduos acedem e interagem com a informação, deixando o papel de meros espetadores passivos e passando a ser parte ativa do processo informativo até então gerido de forma praticamente exclusiva pelos órgãos de comunicação tradicionais. Os portões de comunicação que se abrem trazem, no entanto, questões complexas, nomeadamente a ausência de regulação de uma quantidade infindável de informação que é replicada à velocidade de um clique.

Este novo cenário, definido como sendo de “pós-verdade”, em que a maioria dos indivíduos adquire informação através de meios *online* não registados enquanto meios de comunicação social, acarreta consequências complexas. A primeira delas, uma crescente descredibilização dos meios de comunicação tradicionais que acabam, muitas vezes, associados a um papel de cumplicidade e parcialidade em relação às elites políticas, também elas sucessivamente tidas como alvo de grande parte da informação que circula online.

Se em cenários ditos regulares esta circulação indiscriminada de informação acarreta um grave risco de ferir as instituições democráticas, esta ameaça intensifica-se durante processos eleitorais e em cenários de tentativa de chegada ao poder de movimentos de extrema-direita. As eleições norte-americanas de 2016, o referendo ao *Brexit* no Reino Unido que decorreu no mesmo ano e as eleições brasileiras que se realizaram em 2018 foram períodos eleitorais que deixaram uma marca indelével no processo de distribuição de informação online. Nestas ocasiões, a desinformação ou a apresentação de factos enviesados foram utilizadas como um meio para adquirir vantagem eleitoral, por exemplo, através da criação de *bots* que semeiam factos alternativos junto de milhares de utilizadores e que influenciaram, de forma inédita, os resultados de eleições, ao ponto de a vitória de alguns

candidatos não ser previsível através dos métodos de tradicionais, tais como as sondagens ou a análise política de órgãos de comunicação social.

A mudança de paradigma na forma como os indivíduos pesquisam e/ou chegam à informação e as consequências que daí advêm acentuaram ainda mais a necessidade da criação de meios de verificação independentes que esclareçam factos. Em 2021, segundo o Duke Reporters’ Lab, contam-se 341 projetos de *fact-checking*, distribuídos por mais de 100 países em todo o mundo.

Nos primeiros meses de 2020, surgiu um novo foco desinformativo: o novo vírus detetado na cidade chinesa de Wuhan que foi batizado de Covid-19. A doença alastrou pelo mundo com uma velocidade e gravidade alarmantes para a saúde pública. Ao mesmo ritmo, propagou-se a partilha de informação sobre o vírus nas redes sociais que se tornaram num palco para notícias falsas e teorias da conspiração sobre a doença, os seus métodos de tratamento e as medidas tomadas para a sua contenção. A maioria dos jornais e plataformas de *fact-checking* internacionais dirigiram, então, as suas atenções para a verificação de factos relacionados com a pandemia, com o objetivo de minimizar os efeitos da veloz “infodemia” de desinformação sobre o novo coronavírus.

Através da análise do caso concreto do Jornal Polígrafo, por meio da recolha de dados das peças de *fact-checking* sobre Covid-19 publicadas nos últimos quatro meses de 2020, o período de estágio do presente relatório, é possível observar quais os principais focos de desinformação sobre o tema em Portugal, as suas origens e quais os meios de verificação mais eficazes para o esclarecimento cabal e factual de publicações nas redes sociais ou afirmações de figuras públicas.

1. Origens, desenvolvimento e consagração da atividade de *fact-checking*

Em primeiro lugar, importa esclarecer que o termo *fact-checking* pode ter dois significados distintos dentro do jornalismo (Ireton & Posetti, 2018), facto relevante para a análise das suas raízes. Tal como indica Lucas Graves (2013), as referências a “revisores” integrados em redações norte-americanas remontam ao século XVIII. Estes profissionais tinham a função de verificar e garantir o rigor da informação nas peças jornalísticas antes de serem publicadas, ou seja, operavam como um segundo crivo dos factos apresentados pelos jornalistas autores. Revistas semanais norte-americanas como a “TIME”, nos anos 20, foram as primeiras publicações a integrar este tipo de profissionais nos seus quadros (Ireton & Posetti, 2018). No entanto, com o início do século XXI e a adjacente revolução económica e financeira que a grande maioria dos órgãos de comunicação social enfrentaram (e continuam a enfrentar), estes departamentos de *fact-checking* interno foram reduzidos ou eliminados por completo. Atualmente, são raros os órgãos de comunicação que mantêm cargos de editores com funções a tempo inteiro como verificadores de factos. Entre os resistentes estão a revista norte-americana “The New Yorker” e a publicação semanal alemã “Der Spiegel” (Bloyd-Peshkin & Sivek, 2017).

Este tipo de *fact-checking* é, sem dúvida, anterior ao que hoje é universalmente conhecido e o alvo do presente estudo. Como refere Graves numa entrevista a Brad Scriber, jornalista do Instituto Poynter¹, em 2016, as duas práticas têm como principal missão garantir a precisão da informação que circula, no entanto, a sua grande diferença destaca-se no momento da sua aplicação: “O objetivo do *fact-checking* tradicional é garantir que algo está correto antes de vir a público. Enquanto os novos fact-checkers políticos contestam afirmações que já foram feitas em público”² (Scriber, 2016, p. 1).

O *fact-checking* moderno tem origens na América do século XX (Amazeen, 2020), ainda que nessa época esta categoria de jornalismo se apresentasse em formatos e com objetivos

¹ O Instituto Poynter para o Estudo dos Media é um organismo académico e de pesquisa sem fins lucrativos, sediado em St. Petersburg, na Flórida. A academia é dona do jornal “Tampa Bay Times” da IFCN e coordena o jornal de *fact-checking* “Politifact”.

² Tradução livre feita a partir do original em inglês.

distintos daquele que é hoje o seu conceito atual. Os chamados *muckrakers*³, apresentados por Amazeen (2020) como os precursores dos atuais verificadores de factos, eram escritores norte-americanos que forneciam relatos jornalísticos detalhados sobre a corrupção política e económica de grandes empresas. Por exemplo, jornalistas que verificaram e expuseram como falsas as alegações de fabricantes na área do patenteamento medicinal. Os polémicos e reveladores artigos de *muckrakers* como Samuel Hopkins Adams e Upton Sinclair abriram caminho para a aprovação de regulamentação que garantisse a proteção dos consumidores e a implementação de uma reforma no sistema de saúde público norte-americano contra as práticas desleais que estas companhias impunham (Cassedy, 1964).

Como descrito no obituário de George Seldes, fundador da *In Fact* - uma das primeiras publicações de revelação de factos que foi publicada entre 1940 e 1950 - este tipo de atividade jornalística era vista como “progressiva” e apresentada com a pretensão de revelar “as verdadeiras notícias, aquelas que a maioria dos jornais conseguiria obter, mas não se atreveriam a publicar⁴” (Dicke, 1995, p. 1). Tanto esta publicação como a *I.F. Stone’s Weekly*, publicada por I.F. Stone entre 1953 e 1971, já apresentavam uma linha editorial mais próxima da vida e afirmações políticas, expondo, por exemplo, casos de corrupção e desafiando as práticas do jornalismo tradicional (Amazeen, 2020).

Graves (2013) entende que este tipo de jornalismo, o *muckraking*, é um antecedente dos bloggers políticos que surgiram com maior ênfase no início do milénio durante os períodos de eleições presidenciais nos EUA, apresentando um paralelismo: “Como a maioria dos bem conhecidos bloggers atuais, estes *muckrakers* não se esforçavam para ser apresentadores de factos desapaixonados. Em vez disso, ancoravam as suas reportagens em casos populares, sendo abertamente hostis em relação ao sistema político e empresarial⁵” (p. 82)

³ Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2020). Muckraker. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/muckraker> [acedido a 27 de maio de 2021]

⁴ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

⁵ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

1.1. A emergência do *fact-checking* político nos EUA

Dobbs (2012) defende que o início do movimento de *fact-checking* moderno pode ser identificado durante a candidatura de Ronald Reagan que se tornou, em 1981, no 40º presidente dos EUA. Enquanto candidato presidencial, Reagan realizou várias afirmações peculiares que captaram atenções pelo seu nível de falsidade, por exemplo, a sua célebre alegação de que as árvores causavam quatro vezes mais poluição do que os automóveis e chaminés industriais em conjunto, continuando sucessivamente a referir-se às árvores como uma ameaça ao ambiente durante e após a campanha eleitoral. Depois de ocupar a Casa Branca, vários jornalistas começaram a tentar verificar as suas afirmações durante conferências de imprensa e discursos televisivos à procura de corrigir os erros factuais, mas, tal como refere Dobbs (2012), este tipo de atividade não obteve aceitação por grande parte do público, gerando uma onda de críticas e hostilidade para com os verificadores, principalmente por parte dos alvos do escrutínio.

Assim, e como descrito por Amazeen (2020), a desinformação transmitida no cenário político norte-americano apenas começou a gerar maior atenção a partir da década de 90, mais concretamente durante o período das eleições presidenciais norte-americanas de 1998 em que George H. W. Bush foi eleito.

Emerge então um novo e já mais definido tipo de *fact-checking* que se foca essencialmente nas afirmações dos programas e anúncios políticos, bem como nos discursos e debates que decorriam durante as campanhas. Segundo Ireton e Posetti (2018, p. 82): “Este ‘ex-post’ *fact-checking* tem o objetivo de responsabilizar políticos e outras figuras públicas pela veracidade das suas afirmações”⁶.

No entanto, só a partir do século XXI começaram a surgir os primeiros projetos totalmente dedicados ao *fact-checking* político (Amazeen, 2020), tais como o *Factcheck.org*, lançado em 2003, o *PolitiFact.com* e o *Washington Post’s Fact Checker*, em 2007. Antes disso, em 1994, já tinha sido criado um site de *fact-checking* não político que se dedicava a investigar lendas e mitos urbanos e a divulgar esquemas fraudulentos: o *Snopes.com*, sendo

⁶ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

que este é o *fact-checker* online mais antigo e de maior dimensão nos EUA⁷. Na área da saúde, a plataforma de verificação de factos *HealthNewsReview.org* nasceu em 2004.

O novo século trouxe aquilo que Graves e Cherubini (2016) definem como uma nova instituição democrática: os *fact-checkers* independentes, especialmente os políticos. Apesar de ter sido nos EUA que nasceram e se desenvolveram de forma mais numerosa e especializada, também na Europa e resto do mundo começaram a surgir vários projetos dedicados à verificação de factos, principalmente a partir de 2010. Além da análise de declarações de políticos e figuras públicas, que deu o mote à criação dos primeiros verificadores de factos, surge um novo cenário online com novos agentes de disseminação de informação que, sem literacia mediática e possuindo, na maioria dos casos, interesses financeiros e/ou político-ideológicos, geram conteúdo desinformativo que, em grande escala, tem o potencial de ferir instituições democráticas, principalmente durante os períodos eleitorais e de crise política (Amaral & Santos, 2019).

1.2. A “pós-verdade” e os novos agentes de gatekeeping

Em 2016, ano em que Donald Trump foi eleito presidente dos EUA, o Dicionário de Oxford elegeu como palavra do ano a “pós-verdade” (Spinelli & Santos, 2018), conceito relativo às “circunstâncias em que os factos objetivos têm menos influência na formação da opinião do que aqueles que apelam às emoções e às crenças pessoais”⁸. As populares *fake news* tornaram-se num fenómeno globalmente conhecido, mas nem por isso apreendido na sua real aceção pela maioria do público. Episódios de vulgarização do termo, como o que decorreu em 2017 com o presidente Trump que se dirigiu ao canal de notícias CNN e afirmou: “Eu não vos vou dar direito a uma questão. Vocês são notícias falsas”⁹, geraram e continuam a gerar grande confusão em torno do conceito de desinformação e da sua

⁷ Secção sobre da plataforma de *fact-checking* norte-americana Snopes. Disponível em: <https://www.snopes.com/about/> [acedido em 27 de maio de 2021]

⁸ Tradução livre feita a partir do original em inglês. *Word of the Year 2016 – Oxford Languages*. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> [acedido em 20 de junho de 2020]

⁹ Tradução livre feita a partir do original em inglês. Artigo no jornal britânico The Guardian: ‘You are fake news’: Trump attacks CNN and BuzzFeed at press conference Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/11/trump-attacks-cnn-buzzfeed-at-press-conference> [acedido a 28 de junho de 2020]

alarmante “capacidade de influenciar os sistemas políticos, sobretudo processos eleitorais, por contribuir para acentuar a polarização política e ideológica” (ERC, 2019, p. 35).

A massificação da desinformação e da sua circulação surge, necessariamente, associada ao ambiente tecnológico e às redes sociais, meios onde começam a circular e intervir novos agentes que passam a integrar e até a substituir-se aos *gatekeepers* tradicionais (Singer, 2013). Amaral e Santos, através das concetualizações de Lewin (1974) e White (1950), definem de forma sintetizada o *gatekeeping* como o “processo através do qual se determina que conteúdos podem chegar ao público enquanto informação válida e fidedigna” (2019, p. 64).

Ora, com o surgimento em primeira instância dos blogs e posteriormente das redes sociais, a audiência passa a assumir um papel ativo na seleção e partilha de conteúdos, tarefa que no passado ficava, quase na totalidade, reservada aos jornalistas, editores e produtores dos órgãos de comunicação social. Se até então estes indivíduos do público se limitavam à função de recetores passivos de notícias, através da sua presença online passam a ter capacidade de interação com os já mencionados *gatekeepers* tradicionais (Singer, 2013).

Tal como refere Singer (2013), o público começa, a partir da década de 90, “a ter o seu próprio portão”, interagindo através de caixas de comentários nos sites e redes sociais dos órgãos de comunicação social, bem como a partilhar, comentar e interpretar notícias e outro tipo de artigos jornalísticos e até científicos nas suas páginas pessoais. No entanto, ao contrário do que acontece com os profissionais do jornalismo, os novos intervenientes “não estão afetos a códigos profissionais de conduta, tendo antes tendencialmente como critérios para a avaliação e seleção do conteúdo a (re)publicar preferências e emoções pessoais” (Amaral & Santos, 2019, p. 65).

Tal como teorizam Bakyr e McStay (2017), o fenómeno de desinformação contemporâneo tem uma relação direta com várias características do panorama moderno das organizações de media. Assim, os dois autores destacam cinco fatores preponderantes para a criação de uma tempestade perfeita que massificou a disseminação de informação falsa (Bakyr & McStay, 2017, p. 5):

“o declínio financeiro dos órgãos de comunicação tradicionais; o crescente imediatismo do ciclo de notícias; a rápida circulação de desinformação criada por utilizadores de redes sociais e por propagandistas; a natureza cada vez mais emotiva

do discurso online e o número crescente de pessoas a capitalizar financeiramente os algoritmos utilizados pelas plataformas de redes sociais e os motores de busca.”¹⁰

A questão da emotividade mencionada pelos autores é explorada por Farhad Manjoo (2008), citado por Spinelli e Santos (2018), que mostra o papel da exposição seletiva - “teoria que comprova que a mente humana tende a escolher informações que estejam alinhadas às suas crenças, atitudes e comportamentos, e rejeita o que é contraditório¹¹” (Manjoo, 2008, p. 763) – na criação de um ambiente informativo definido pela pós-verdade. É neste cenário que cada indivíduo consegue, de forma mais ou menos consciente, personalizar o seu ambiente informativo (Spinelli & Santos, 2018), pesquisando e até elaborando conteúdos que vão ao encontro dos seus interesses e crenças, sendo estes validados e muitas vezes disseminados dentro das esferas digitais em que os seus pares ideológicos se movem.

Bakir e McStay (2017) destacam o importante papel dos algoritmos e dos sistemas cognitivos online na formação das chamadas *echo chambers* – que se podem definir como ambientes informativos fechados onde as ideias ou crenças são amplificadas num sistema definido em que as opiniões contrárias e dissonantes não têm lugar e a informação partilhada é enviesada e parcial. Os autores (2017) referem que como consequência destas *echo chambers* são criadas “bolhas de filtro” que se formam através da ação dos algoritmos que se baseiam nos dados recolhidos sobre o utilizador, tais como as suas conexões e interações com outros utilizadores nas redes sociais, as suas pesquisas e atividade online.

“Ficando a pegada digital de cada utilizador registada, os algoritmos conseguem manipular estes dados – denominados *big data* – que existem em larga escala e são muito complexos para propósitos específicos que estão definidos e programados” (Amaral & Santos, 2019, p. 75). É precisamente esta “datificação” das informações pessoais e atividade online que, ao permitir a criação das referidas *echo chambers* (Bakir & McStay, 2017), potenciam as “bolhas” de informação que permitem a “distorção social através de narrativas de ‘factos alternativos’” (Amaral & Santos, 2019, p. 76).

Como sugere Van Dijck (2014), o “dataísmo”, apesar de ter sido adotado como técnica de conhecimento por parte de empresas, governos e investigadores que tomam como base estes meta-dados para analisar e prever o comportamento humano, acabou também por

¹⁰ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

¹¹ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

converter-se naquilo que apelida de um “exercício de fé” nas entidades que recolhem os dados. Deste modo, a verdade e a independência “passam a ser noções controversas num ecossistema de conectividade em que todas as plataformas online estão interconectadas de forma inevitável¹²” (van Dijck, 2014, p. 204).

Esta partilha de dados pessoais indiscriminada e a utilização dos mesmos para a manipulação de informação no ambiente online constitui um dos principais motivos para a necessidade da intervenção de verificadores de factos, principalmente em épocas determinantes para os sistemas democráticos, como os processos eleitorais, como referido anteriormente. De seguida, analisam-se alguns dos eventos que determinaram uma transformação definitiva no panorama informativo online, impondo-se a necessidade da utilização do *fact-checking* como meio de contenção dos factos alternativos.

1.3. O papel das eleições norte-americanas de 2016, o Brexit e as eleições brasileiras de 2018 na alteração definitiva do panorama desinformativo

As redes sociais passaram a ter, desde o início do século XXI, um papel preponderante na distribuição de informação. Tal como descrevem Allcott e Gentzkow, o conteúdo que passou a circular “pode ser partilhado entre utilizadores sem uma filtragem significativa de terceiros, *fact-checking* ou uma avaliação editorial” e, assim, “um utilizador individual, sem histórico ou reputação, pode, em alguns casos, alcançar tantos leitores quanto a *Fox News*, *CNN* ou o *New York Times*¹³” (2017, p. 211). As redes sociais tornaram-se, então, num meio de disseminação de informação indiscriminada. Após as eleições norte-americanas de 2016, que colocaram frente a frente Hillary Clinton e Donald Trump, foi percecionado, de forma concreta, o impacto que as apelidadas *fake news* podem alcançar durante processos eleitorais e em cenários de instabilidade política e social. Uma das principais conclusões alcançadas nas múltiplas análises às notícias falsas relacionadas com os candidatos das eleições presidenciais norte-americanas de 2016 é que as *fake news* mais populares foram partilhadas com um alcance muito mais significativo quando comparadas com as principais notícias de órgãos de comunicação social fidedignos (Silverman, 2016).

¹² Tradução livre feita a partir do original em inglês.

¹³ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

Além disso, é de destacar que as principais histórias falsas a circular nos meses que precederam esta eleição tinham, na maioria das vezes, uma clara tendência de favorecimento de Donald Trump, que viria a ser eleito, em detrimento da sua opositora, Hillary Clinton (Silverman, 2016, Allcott e Gentzkow 2017). Entre as *fake news* que alcançaram maior alcance no Facebook, medido através de número total de partilhas, reações e comentários, estão a alegada notícia de que o Papa Francisco tinha lançado um comunicado a demonstrar o seu apoio à candidatura de Trump ou as várias notícias falsas que associavam Hillary Clinton, através da suposta divulgação de e-mails, à venda de armamento a grupos terroristas do médio oriente (Silverman, 2016). Tal como concluem Silverman e Singer-Vine (2016), muitos dos que se depararam com as notícias falsas acreditaram efetivamente nelas, pelo que existe uma relação clara entre a sua divulgação e a obtenção de um determinado resultado eleitoral, neste caso a vitória de Donald Trump. Aliás, Allcott e Gentzkow afirmam que reunindo toda a informação falsa e a maneira como ela induziu os norte-americanos, e tal como numerosos autores sugerem, “Donald Trump não teria sido eleito presidente se não fosse a influência das *fake news*¹⁴”. (2017, p. 212).

Só mais tarde, em 2018, rebentou o escândalo que relacionava a empresa *Cambridge Analytica* (CA) com o ato eleitoral norte-americano de 2016. Foi tornada pública a informação de que a empresa tinha recolhido informação pessoal de milhões de utilizadores registados no Facebook, sem o seu consentimento. Uma equipa de investigadores desenvolveu uma aplicação que incluía um questionário de personalidade e de atividade na rede social cujos resultados eram partilhados com a empresa de tecnologia da informação (Rehman, 2019).

O investigador passava estes dados para a CA, que utilizava, depois, um algoritmo que lhe permitia criar um perfil psicológico baseado nas suas interações no Facebook. Donald Trump contratou a CA como parte da sua estratégia para as eleições presidenciais de 2016. A fim de fornecer materiais pró-Trump online, a CA marcou com alvo os indivíduos com um recurso pouco conhecido do Facebook chamado “dark post” que contém anúncios personalizados apenas visíveis para os indivíduos visados. A CA, conscientemente, explorou os medos dos indivíduos com publicidade direcionada com base nos perfis de personalidade. A utilização de anúncios altamente personalizados

¹⁴ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

tornou-os vulneráveis às mensagens de Trump que os compeliavam a votar nele. Este ataque digital desempenhou um papel significativo na vitória de Trump sobre Hilary Clinton¹⁵ (Rehman, 2019, p. 2).

No mesmo ano em que este escândalo de divulgação de dados pessoais foi divulgado, em 2018, Jair Bolsonaro entrava na corrida das eleições presidenciais no Brasil. Apresentando-se como um candidato conservador, centrou grande parte da sua campanha nas redes sociais. Neste caso, além do Facebook, o WhatsApp foi um dos canais de comunicação com maior influência junto do eleitorado brasileiro (Ituassu et al., 2018). Um artigo do *El País*, publicado no final de setembro de 2018, divulga os resultados de uma monitorização efetuada nos grupos públicos de eleitores brasileiros no WhatsApp durante três semanas. A análise conclui que existiam, naquela altura, pelo menos 100 grupos de apoio ao candidato, nos quais predominavam as notícias falsas que aparentavam ser fidedignas, vídeos que se apresentam como desmistificadores das informações negativas que circulavam sobre Bolsonaro, bem como apoios falsos de celebridades nacionais e internacionais à candidatura do até então deputado federal (Benites, 2018).

Maranhão Filho e colegas (2019) destacam as notícias falsas a circular sobre o “kit gay”, assim apelidado de modo pejorativo, e a ideologia de género. Inclusivamente, dois dias antes da segunda volta das eleições presidenciais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹⁶ ordenou que o presidente eliminasse vídeos, no Youtube e no Facebook, nos quais associava um livro intitulado “Aparelho Sexual e Cia.”, de forma completamente falsa, ao projeto “Escola sem Homofobia”. Bolsonaro defendia que tanto este livro como todo o projeto e discussão de temas deste tipo com crianças “estimularia não apenas o interesse sexual precoce em crianças como a pedofilia – o que obviamente intentou provocar em sua audiência um sentimento de pavor social e de demonização do inimigo a ser combatido: o livro falaciosamente vinculado ao ‘kit gay’” (Maranhão Filho et al., 2019, p. 74). Em 2018, o Brasil era o terceiro país do mundo com maior número de utilizadores no Facebook e o sexto no Twitter. No total, somavam-se mais de 110 milhões de utilizadores que estavam disponíveis para receber informação não verificada proveniente dos mais variados canais (Ituassu et al., 2018). Segundo Arnaudo (2018), mesmo antes das eleições presidenciais de 2018, a propaganda eleitoral online, através de *bots* e da utilização de algoritmos, já

¹⁵ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

¹⁶ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/kit-gay-o-que-e-mito-e-o-que-e-verdade-b60i8lo4osb19tsf2du8bmr54/> [acedido em 10 de outubro de 2021]

desempenhava um papel relevante no sistema político brasileiro. Porém, em 2017, foram levantadas grande parte das restrições legais relativas, por exemplo, à distribuição de propaganda política paga online, logo, não é de estranhar que a comunicação política baseada no digital, caracterizada com fortes indícios computacionais se tenha transformado numa vitória eleitoral de Bolsonaro para a qual muito contribuiu a desinformação a circular através destes meios (Ituassu et al., 2018).

Além dos dois processos eleitorais já referidos, destaca-se ainda um evento que marcou definitivamente a evolução da distribuição e verificação de informação – o *Brexit*. O processo de saída do Reino Unido da União Europeia (EU) incluiu um referendo realizado no final de junho de 2016¹⁷, no qual mais de 17 milhões de britânicos, ou seja, 52% dos eleitores votaram favoravelmente a saída do país da união económica e política de países. Tal como referem Bastos e Mercea:

A reorganização partidária observada no Reino Unido e o contexto de um clima político altamente polarizado que envolveu a campanha do referendo ofereceu terreno fértil aos atores políticos para desenvolver e implantar bots. Os *canvassers*¹⁸ exploraram estrategicamente essas clivagens. A campanha de sucesso *Vote Leave* foi repetidamente e intensamente criticada por decisores políticos e especialistas de media por alimentar ansiedade sobre a imigração através de declarações enganosas sobre a futura adesão da Turquia à UE¹⁹ (2019, p. 39).

Nos dias que antecederam a realização do referendo, as tendências nas redes sociais – número de publicações, partilhas e reações - favoreciam o voto a favor do *Brexit*, “o que consubstanciava uma narrativa contrária às sondagens reputadas e órgãos de comunicação social tradicionais” (DiFranzo & Gloria-Garcia, 2017, p. 2). Muitas das contas nas redes sociais, criadas com o propósito exclusivo de disseminar informação conveniente à promoção da saída do país da UE, desapareceram imediatamente após a deslocação dos ingleses às urnas em 2016 (Bastos & Mercea, 2019).

¹⁷“Britânicos viram as costas à União Europeia e entram em território desconhecido”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/06/24/mundo/noticia/britanicos-viram-as-costas-a-uniao-europeia-e-entram-em-territorio-desconhecido-1736178> [acedido em 10 de outubro de 2021]

¹⁸Indivíduos que tentam angariar apoio político ou votos durante um processo eleitoral. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/canvasser> [acedido em 10 de outubro de 2021]

¹⁹Tradução livre feita a partir do original em inglês.

Fica então claro que a disseminação massiva de informações falsas via online teve influência clara nas eleições e crescimento de movimentos políticos em todo o mundo. Segundo Ireton e Posetti:

Este impacto sobre o público é especialmente preocupante para as eleições e para a própria ideia de democracia como um direito humano. O que a desinformação busca, principalmente durante uma votação, não é necessariamente, convencer o público a acreditar que o seu conteúdo é verdadeiro, mas impactar na definição da agenda mediática (no que as pessoas pensam que é importante) e turvar as águas informativas para enfraquecer os fatores de racionalidade nas escolhas de voto das pessoas. (2018, p.10)

Segundo Vargas, que se refere em concreto ao caso brasileiro, “a extrema-direita desqualifica os meios tradicionais liberais de comunicação, sendo inegável que a estratégia desta corrente político-ideológica é ocupar o espaço das comunicações para ampliar sua influência na política e no campo económico e, acima de tudo, ampliar o poder de seu capital” (2020, p. 5). Correia e Amaral identificam um cenário de “pós-verdade” como um “sintoma de crise da razão moderna que transporta uma oposição direta aos valores que regem a pesquisa académica, o jornalismo e a esfera pública” (2021, p. 58). Em oposição, destaca-se um “feroz intelectualismo, tendência que explica substancialmente a sua inclinação pela componente emocional e, conseqüentemente, por fenómenos comunicacionais que exibem, também eles, uma natureza emocional, como é o caso do sensacionalismo, um traço da cultura mediática frequentemente associada ao populismo” (Correia & Amaral, 2021, p. 58).

O impacto crescente que a exposição a informação falsa ou enganadora tem nos indivíduos que a consomem, nomeadamente no potencial de redireccionamento político que contém, faz com que se torne imperativo encarar o problema de frente. Ireton e Posetti indicam que estas ameaças desinformativas “constituem uma oportunidade para apostar no valor dos media tradicionais que fornecem a oportunidade de sublinhar, na sua prática profissional, uma distinção clara na distribuição de informação verificada e comentários informados do interesse público” (2018, p. 10). Vargas refere igualmente que é necessária a criação de “meios para a contenção eficaz da propagação de *fake news*”.

1.4. Estado atual e futuro do *fact-checking*

Segundo a última contagem de *fact-checkers*, realizada pelo Duke Reporters’ Lab²⁰, existem atualmente 341 projetos de *fact-checking* ativos em todo o mundo. Estes *fact-checkers* estão identificados em pelo menos 102 países²¹, ou seja, em mais de metade da sua totalidade. O centro de pesquisa disponibiliza relatórios anuais desde 2014 e desde esse ano é visível a tendência de crescimento da atividade de verificação de factos a nível mundial.

Em 2019, foi atingido o pico deste registo. Foram lançados, em apenas um ano, 72 novos *fact-checkers*. No entanto, em 2020, o crescimento abrandou significativamente, com apenas 36 novos projetos a emergir em todo o mundo, o registo anual mais baixo desde que estes censos são realizados. O Reporter’s Lab apresenta como potencial justificação deste abrandamento a situação pandémica que, apesar de acentuar ainda mais a necessidade da atividade de *fact-checking*, veio igualmente colocar entraves no desenvolvimento de projetos, tendo em conta as situações de isolamento sucessivas que ocorreram na maioria dos países.

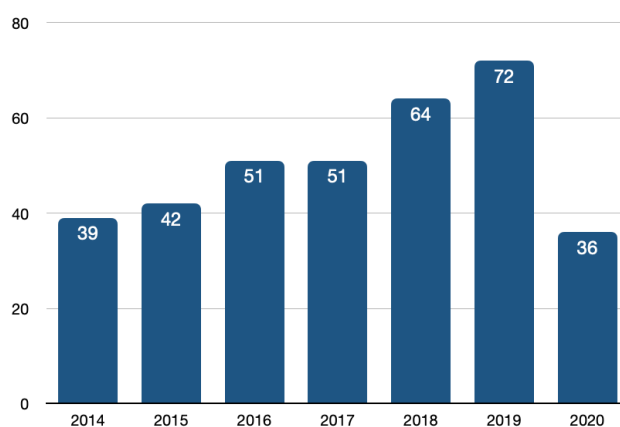


Figura 1 - Novos *fact-checkers* por ano (Fonte: Reporter’s Lab Fact-checking Census 2021)

²⁰ O Duke Reporters’ Lab é um centro de pesquisa da Sanford School of Public Policy da Duke University que se dedica a analisar o universo do *fact-checking* e outras áreas do jornalismo. Disponível em: <https://reporterslab.org/> [acedido em 10 de setembro de 2021]

²¹ O Reporters’ Lab gere uma base de dados interativa dos sites de *fact-checking* a nível mundial. Disponível em: <https://reporterslab.org/fact-checking/> [acedido em 10 de setembro de 2021]

Neste relatório, Stencel e Luther (2021) referem a intensiva cobertura realizada à pandemia provocada pelo novo coronavírus, tópico que dominou o conteúdo da maioria das plataformas de *fact-checking* em todo o mundo. Já se encontravam identificados pelo menos cinco *fact-checkers* que se dedicavam à verificação de afirmações relacionadas com a saúde e medicina, no entanto, como se descreve no relatório, “a pandemia transformou praticamente todas as operações de *fact-checking* numa equipa de jornalistas de saúde” (Stencel & Luther, 2021, p. 1).

Tal como se descreve num recente relatório de estudo da Full Fact²², que conduziu entrevistas com várias organizações de *fact-checking* (Arnold, 2020), são vários os atuais desafios práticos da atividade de verificação de factos. Desde logo, a complexidade do processo de monitorização e seleção de desinformação, que, como já mencionado, circula a grande velocidade. Este fator da rapidez da disseminação, quando conjugado com a frequente limitação de recursos das organizações de *fact-checking*, faz com que muitas afirmações que mereciam ser verificadas não o sejam, ou que, quando tal acontece, a mensagem que contém erros factuais já se tenha espalhado de forma irreversível (Nakov et al., 2021). Vários estudos mostram que as *fake news* podem circular a uma velocidade seis vezes superior à de notícias e informações fidedignas (Vosoughi et al., 2018). Outros problemas que se apresentam aos *fact-checkers*, segundo Arnold, “incluem o constrangimento na acessibilidade da informação e a falta de transparência das entidades que deveriam disponibilizá-la, bem como a repetição massiva de afirmações [que causam desinformação]” (2020, p. 7) e tornam os recursos disponíveis insuficientes para a verificação de tanta desinformação.

Graves evidencia o alerta já deixado por muitos jornalistas, governos e companhias tecnológicas em relação à necessidade de agir contra a massificação da desinformação online através de “soluções tecnológicas para aquilo que é maioritariamente entendido como um problema tecnológico” (2018, p. 1). Nos últimos anos, o *fact-checking* automatizado tem sido alvo, não só de grandes desenvolvimentos, teóricos e práticos, mas também de discussões que versam sobre a sua eficácia e a ética da sua utilização.

Segundo Arnold (2020), a automatização do processo de *fact-checking* é observada com ceticismo por vários profissionais da área: “Muitos acreditam que o conceito de ‘fact-

²² A Full Fact é uma instituição de caridade britânica, com sede em Londres, que verifica e corrige factos noticiados e denúncias que circulam nas redes sociais. Disponível em: <https://fullfact.org/> [acedido em 10 de setembro de 2021]

checking automatizado’ pretende automatizar um processo que exige interpretação humana – tal como ponderar a credibilidade dos factos ou reconhecer a sátira” (p. 7). Ou seja, muitos profissionais e investigadores entendem que para se verificar um determinado facto é necessária intuição e criatividade que um processo puramente automático não consegue alcançar (Graves, 2018). Deste modo, e de acordo com Nakov e colegas é lançado um desafio duplo aos profissionais de desenvolvimento de Inteligência Artificial para esta área: “Primeiro, para desenvolverem ferramentas práticas para resolver problemas que os fact-checkers enfrentam e em segundo para demonstrarem a sua utilidade para o trabalho diário destes profissionais.” (2021, p. 2)

A verdade é que muitas afirmações verificáveis não são claramente verdadeiras ou falsas, existe uma diversidade de classificações que podem ser atribuídas no processo de checagem de uma determinada informação. Tal como lembram Nakov e colegas, “um papel importante que os fact-checkers profissionais assumem é o de ajudar o público a entender a afirmação por inteiro, com todas as suas nuances e complexidade, em vez de apenas lhe aplicar uma classificação binária” (2021, p. 3). Papel que não fica assegurado quando o processo de verificação e classificação de uma informação é completamente automático.

2. Estágio Curricular no Jornal Polígrafo

No segundo ano do Mestrado em Jornalismo e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra é possível seguir três percursos para a sua conclusão. Deixei de lado a possibilidade de realizar uma dissertação ou um projeto devido à grande vontade que tinha em adquirir experiência profissional na área do jornalismo. O local da realização do estágio curricular foi também algo que idealizei com antecedência. Quando realizei a Pós-Graduação em Direito da Comunicação Social na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra tive a oportunidade de me familiarizar com os conceitos de desinformação, *fact-checking*, *clickbait* e outros com eles relacionados, temas que me despertaram grande interesse e vontade de aprender mais sobre esta área. Este percurso académico foi prosseguido e consolidado através dos conhecimentos adquiridos nas aulas e pela realização de artigos científicos durante o primeiro ano do presente mestrado. O interesse nesta área do jornalismo foi crescendo e quando chegou a hora de escolher um local para estagiar não restavam grandes dúvidas, um jornal totalmente dedicado ao *fact-checking*, como é o caso do Polígrafo, seria o local ideal para aplicar na prática toda a aprendizagem teórica que tinha adquirido ao longo dos últimos anos.

O meu estágio curricular no Jornal Polígrafo durou três meses, entre setembro e dezembro de 2020. Estive cerca de um mês e meio em estágio presencial na redação e, com o agravamento da situação pandémica no país, o restante tempo de estágio decorreu em regime de teletrabalho. Durante estes meses, fui acompanhada diariamente pela minha orientadora de estágio e editora executiva do jornal, Cátia Costa, pelo diretor, Fernando Esteves, e pelo diretor-adjunto, Gustavo Sampaio.

2.1. Apresentação do Jornal Polígrafo

O jornal Polígrafo é o primeiro jornal português exclusivamente dedicado ao *fact-checking*, foi fundado em novembro de 2018 por Fernando Esteves, jornalista e ex-editor das secções de Política e Internacional da revista Sábado. O projeto jornalístico *online*, que foi

apresentado durante a Web Summit 2019²³, em Lisboa, “tem como objetivo primordial apurar a verdade e afastar a mentira do espaço público”²⁴.

Tal como se lê no estatuto editorial do jornal, a equipa do Polígrafo acompanha diariamente um conjunto alargado de personalidades cujas intervenções têm relevância pública, sejam políticos, comentadores ou influenciadores nas redes sociais. O critério para a verificação é “o que resulta do cruzamento da projeção das suas palavras e do interesse público que elas representam”²⁵. Em entrevista a Ricardo Nunes (2019), Fernando Esteves admitiu que a inspiração para o projeto surgiu nas pioneiras plataformas de *fact-checking* norte-americanas, como o *Politifact* e o *FactCheck.org*, e indica que pretende que o Polígrafo seja “uma referência de verdade no espaço público e, por outro lado, aprofundar a democracia através do escrutínio dos agentes que se movimentam no espaço” (p. 4).

O fundador do primeiro jornal de *fact-checking* em Portugal considerava, em 2019, que a atividade de verificação de factos iniciada pelo Polígrafo alterou o panorama da comunicação política no país: “O mais importante foi fazer com que os agentes que se movimentam na esfera pública fossem mais exigentes consigo próprios (...) Todos os dias: na Assembleia [da República] os deputados têm outro cuidado a falar, sentimos uma grande diferença de atitude” (Nunes, 2019, p.6).

A fundamentação das verificações de factos é realizada com base em fontes credíveis e, assim, o jornal não aceita fontes anónimas: “Entre publicar um artigo baseado numa fonte não identificada ou não o publicar, o Polígrafo escolhe sempre a segunda opção.”²⁶ Sempre que possível, são partilhados conteúdos multimédia, documentos oficiais, estatísticas ou outros materiais que permitam clarificar a questão em análise, bem como garantir que o leitor consegue acompanhar o processo de verificação realizado pelo jornalista à medida que lê o artigo. Um exemplo é a partilha da ferramenta de verificação de imagens que o jornalista utilizou para descobrir qual a origem de uma determinada imagem viral.

²³ Disponível em: [Polígrafo. Projeto jornalístico de verificação de factos lançado na Web Summit - Renascença \(sapo.pt\)](https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/estatuto-editorial) [acedido a 10 de setembro de 2021]

²⁴ Estatuto Editorial do Jornal Polígrafo. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/estatuto-editorial> [acedido a 22 de junho de 2021]

²⁵ Estatuto Editorial do Jornal Polígrafo. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/estatuto-editorial> [acedido a 22 de junho de 2021]

²⁶ Estatuto Editorial do Jornal Polígrafo. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/estatuto-editorial> [acedido a 22 de junho de 2021]

Um dos grandes objetivos do projeto jornalístico, segundo Fernando Esteves, é “envolver os leitores no processo de produção noticiosa, incentivando-os a enviarem-nos informações” (Nunes, 2019, p.5). Para que tal aconteça, o Polígrafo promove o envio de sugestões através de linhas criadas para o efeito no WhatsApp e Telegram, por e-mail ou através das redes sociais do jornal²⁷.

2.1.1. Método de verificação e escala de classificação

Quando os pressupostos de verificação estão reunidos e o Polígrafo opta por “checar” uma informação, existem cinco etapas que têm de ser cumpridas. Em primeiro lugar, é necessário consultar a fonte original da informação, transcrevendo com rigor as afirmações escritas ou proferidas por um determinado agente, ou, por exemplo, divulgar a imagem ou vídeo que será alvo de verificação. O passo seguinte é a pesquisa por fontes de natureza documental que solidifiquem o processo de verificação ou o contacto com especialistas da área em que o facto em verificação se insere para obter explicações técnicas. Ou seja, procura-se sempre que as fontes tenham legitimidade e conhecimento científico para verificar a questão em apreço.

A contextualização da informação é também necessária, uma vez que apenas assim é garantida a total compreensão por parte do leitor. Tal como em qualquer outro artigo jornalístico, é necessário garantir o direito ao contraditório, assim, é imperativo ouvir os autores das afirmações em análise, oferecendo-lhes o direito de esclarecer e apresentar o seu ponto de vista sobre o que disseram, escreveram ou, por exemplo, publicaram nas redes sociais.

Por último, procede-se à avaliação da veracidade da informação de acordo com uma escala de classificação, prática acolhida pela maioria dos jornais de *fact-checking* a nível mundial. Como se lê no site do jornal, “a realidade não é branca ou negra”. Portanto, o Polígrafo avalia os artigos de *fact-check* que realiza em sete níveis²⁸: “Verdadeiro”, quando

²⁷“Peça-nos um fact-check”. Site Jornal Polígrafo. Disponível em:

<https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/peca-nos-um-fact-check> [acedido a 23 de junho de 2021]

²⁸ Estatuto Editorial do Jornal Polígrafo. Disponível em:

<https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/estatuto-editorial> [acedido a 30 de junho de 2021]

não existe qualquer dúvida em relação à veracidade da declaração analisada; “Verdadeiro, mas...”, nos casos em que a informação em análise, apesar de verdadeira, carece de informação adicional que enquadra e esclarece a situação em causa; “Impreciso”, quando a informação se encontra distorcida, não sendo totalmente verdadeira mas também não completamente falsa e “Falso”, quando a afirmação em causa é, de forma comprovada na análise, completamente falsa.

A classificação “Pimenta na Língua”, similar à “Pants on Fire”²⁹ criada pelo *fact-checker Politifact*, é utilizada com o intuito de demonstrar um “grau máximo de falsidade”, ou seja, apenas é utilizada nos casos em que a informação avaliada é escandalosamente falsa ou até absurda e foi criada com o propósito de denegrir a imagem de algo ou alguém. Mais recentemente, foram integradas duas novidades nos graus de avaliação do Polígrafo. A classificação “Descontextualizado”, que é utilizada quando a informação é apresentada fora do seu contexto real, perdendo assim a sua factualidade aos olhos de quem se depara com a declaração ou publicação nas redes sociais, por exemplo.

Por sua vez, a avaliação “Manipulado” veio dar resposta à crescente partilha de conteúdos multimédia manipulados digitalmente. É atribuída quando imagens, vídeos ou áudios foram, manifesta e comprovadamente, alterados com recurso a edição multimédia. Um fenómeno recente e alvo de verificações pelo Polígrafo são os vídeos *deepfake*, criados através de técnicas que usam a inteligência artificial. “Qualquer pessoa com um celular com sistema operacional IOS pode, em poucos minutos, criar vídeos de até 20 segundos, trocando seu rosto pelo de uma celebridade através de *deepfakes*” (Rudnitzki, 2020). Segundo Rudnitzki, “apesar de as *deepfakes* serem frequentemente utilizadas para entretenimento e sátira, há registos de vídeos manipulados sendo usados por políticos com potencial para difamar adversários e enganar eleitores” (2020, p. 1)

²⁹ Estatuto Editorial do Politifact. Disponível em: [Politifact | The Principles of the Truth-O-Meter: Politifact's methodology for independent fact-checking](https://www.politifact.com/methodology/) [acedido a 30 de junho de 2021]

2.1.2. Integração na International Fact-checking Network

O Polígrafo faz parte da International Fact-checking Network (IFCN), uma unidade do Instituto Poynter³⁰. A organização, lançada em setembro de 2015, dedica-se a reunir verificadores de factos a nível mundial com o objetivo de promover boas práticas neste tipo de jornalismo e permitir o intercâmbio de informação e colaborações entre membros³¹. O Polígrafo é subscritor do Código de Princípios da IFCN, pelo que se compromete com o não-partidarismo e com a justiça. O processo de *fact-checking* deverá ainda ser padronizado, de modo que sejam as “evidências a ditar as suas conclusões”³². Da mesma forma, os signatários deste código têm de comprometer-se com a integral transparência de fontes e do financiamento do projeto³³. A transparência da metodologia do processo de *fact-checking*, bem como a política de correções são dois dos princípios estruturais indicados pela IFCN. O leitor deverá ter acesso aos métodos de seleção, investigação, escrita, edição, publicação e, quando é cometido um erro, à correção da peça de *fact-check*. A política de correções do Polígrafo³⁴ é clara - o jornal compromete-se a corrigir o erro identificando-o de forma visível. O conteúdo retificado deverá ser republicado num curto espaço de tempo e com o mesmo destaque atribuído ao artigo original. Fazem parte da IFCN apenas dois órgãos de comunicação portugueses, o jornal Polígrafo e a divisão de *fact-checking* do jornal Observador.

2.1.3. Financiamento

Tal como se descreve no seu site, o Polígrafo é um projeto que opera no sector privado. As suas fontes de receita resultam dos investimentos publicitários captados no

³⁰ O Instituto Poynter para o Estudo dos Media é um organismo académico e de pesquisa sem fins lucrativos, sediado em St. Petersburg, na Flórida. A academia é dona do jornal “Tampa Bay Times” da IFCN e coordena o jornal de *fact-checking* “Politifact”. Disponível em: <https://www.poynter.org/the-craig-newmark-center-for-ethics-and-leadership-at-poynter/#whatwedo> [acedido a 10 de agosto de 2021]

³¹ Página da The International Fact-Checking Network (IFCN) no site do Instituto Poynter. Disponível em: <https://www.poynter.org/ifcn/> [acedido a 10 de agosto de 2021]

³²International Fact-Checking Network fact-checkers’ code of principles. Disponível em: https://www.poynter.org/ifcn-fact-checkers-code-of-principles/?_cf_chl_jschl_tk=_pmd_lRhNp2w2lBFw9lTR9lSbpHnhjUcgiPmHfwniY0doRuo-1629814428-0-gqNtZGzNAfujcnBszQ6l [acedido a 10 de agosto de 2021]

³³Estrutura Societária do Jornal Polígrafo. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/o-nosso-financiamento/artigos/onossofinanciamento> [acedido em 10 de agosto de 2021]

³⁴ A nossa política de correções. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/o-nosso-metodo> [acedido em 10 de agosto de 2021]

âmbito da parceria comercial que mantém com o portal Sapo, bem como de outras parcerias de natureza editorial. O jornal mantém também uma parceria com o Facebook no âmbito do programa *Third Party*. No ano de 2020, as fontes de receita do Polígrafo foram, em percentagem, 94,09% provenientes de parcerias editoriais e 5,91% relativas a ganhos com publicidade.

2.1.4. Parceria com o Facebook

Desde agosto de 2019 que o Polígrafo colabora com o Facebook na identificação e verificação de publicações que contenham informação falsa, descontextualizada ou duvidosa nesta rede social. Tal como explica o próprio Facebook³⁵, a integração no seu programa de verificação de fatos independente está disponível somente para verificadores de factos independentes e certificados pela IFCN. Os membros desta parceria analisam desinformação viral tanto no Facebook, como no Instagram e WhatsApp, redes sociais detidas pelo primeiro.

A remoção ou restrição de conteúdos ou páginas é uma tarefa que fica exclusivamente reservada ao Facebook, pelo que os *fact-checkers* apenas ficam responsáveis pela avaliação e verificação dos factos. Quando um *post* é classificado enquanto conteúdo falso ou enganador por uma plataforma de *fact-checking* certificada, o Facebook vai reduzir substancialmente a distribuição do mesmo e sinalizá-lo como forma de aviso a quem vê ou partilha esta informação. Assim, nos casos em que o Facebook opta por remover de forma temporária ou efetiva uma determinada publicação ou conta, tal acontece porque existiu uma violação dos Padrões da Comunidade, ação alheia ao programa de verificação de factos.

2.1.5. Programa televisivo na SIC

Tal como referido, o Polígrafo foi lançado enquanto projeto de jornalismo online, no entanto, cinco meses depois, a 1 de abril de 2019, nasceu uma parceria entre o jornal e o

³⁵ Programa de verificação de factos independentes do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/journalismproject/programs/third-party-fact-checking> [acedido a 11 de agosto de 2021]

canal de televisão português SIC. Este foi o primeiro programa televisivo dedicado ao *fact-checking* em Portugal³⁶. Atualmente, o programa é exibido como um segmento do “Jornal da Noite” da SIC, às segundas-feiras. A emissão prossegue no canal por cabo SIC Notícias com a entrevista a uma personalidade de relevância política ou social e que, de alguma maneira, se encontra associada ao fenómeno da desinformação. Os conteúdos do programa televisivo são produzidos em colaboração entre a equipa do jornal online e jornalistas e produtores do canal de televisão. Segundo o diretor do jornal, “desde o início do projeto que o Polígrafo tinha idealizado um sucedâneo televisivo”, descrevendo o programa como um sucesso: “O programa é visto, em média, por um milhão de pessoas todas as segundas-feiras, é quase sempre o espaço mais visto dentro do Jornal da Noite e, portanto, o resultado mais evidente foi a massificação da nossa mensagem” (Nunes, 2019, p.7).

2.2. Reflexão pessoal do estágio

A integração no estágio decorreu de modo informal, não existiu um período formativo oficial, mas os primeiros dias foram dedicados à leitura e análise de artigos, não só publicados no Polígrafo, mas também em outros jornais e plataformas internacionais dedicados ao *fact-checking*. Foi-me apresentado o Código de Princípios da IFCN, já referido neste capítulo, bem como o método e as regras de verificação que o jornal segue na produção de artigos.

O Polígrafo tinha, na altura, uma equipa composta por dois jornalistas a tempo integral, Rui Oliveira Costa e Maria Leonor Gaspar, a editora executiva, Cátia Costa e o diretor-adjunto, Gustavo Sampaio. Além disso, vários jornalistas em regime de *freelance* colaboram com a publicação, sendo que apenas contactei brevemente com alguns deles em situações pontuais. Tendo em conta a dimensão reduzida do jornal e da equipa, não existe a tradicional divisão em editorias. No início do estágio, foi-me questionado sobre as minhas áreas de interesse e sobre o que gostaria de escrever, tendo indicado como tal as áreas de

³⁶ “Polígrafo/SIC estreia hoje no ‘Jornal da Noite’”. Artigo do site do Jornal Polígrafo de 1 de abril de 2019. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/poligrafosic-estrela-hoje-no-jornal-na-noite> [accedido a 11 de agosto de 2021]

política e justiça. Sendo esta a minha primeira experiência profissional na área do jornalismo, considero que foi uma grande mais-valia a oportunidade, ainda que cruzada com a necessidade, de escrever sobre as mais diversas áreas, desde temáticas regionais/autárquicas até grandes questões internacionais.

Todos os dias, quer durante o regime presencial quer em teletrabalho, a equipa reunia-se às 10 da manhã, sendo na maioria dos casos o diretor a liderar e organizar o encontro. Nesta ocasião, cada jornalista apresentava o ponto de situação dos artigos que tinha em mãos, procedia-se à atribuição de novos trabalhos e era incentivada a apresentação de propostas por parte de redatores e editores. Desde a primeira semana de estágio que me foram atribuídos artigos e rapidamente ingressei na dinâmica de produção do jornal. O grau de autonomia e de liberdade que me foi concedido é algo que merece ser destacado, tive oportunidade de aprender desde o primeiro dia a pesquisar, escrever e apresentar as minhas propostas de artigos.

Tendo em conta a primazia que é dada no Polígrafo às fontes oficiais, comecei de imediato a contactar com diversas assessorias, com especial ênfase para as do Governo, Presidência da República, entidades públicas e partidos políticos. A dinâmica entre assessores e jornalistas é complexa, estes contactos foram uma das tarefas em que senti maior dificuldade no início do estágio. No entanto, no final dos três meses, este foi também um dos pontos em que considero ter evoluído mais, não só na agilidade dos contactos, mas também na mediação de prazos para respostas ou reações. A criação de uma carteira de contactos foi algo que me foi aconselhado na chegada à redação e que acabou por se revelar numa ferramenta de trabalho imprescindível.

O Polígrafo é um jornal dedicado ao *fact-checking* e, como tal, é necessário seleccionar afirmações ou publicações nas redes sociais que possam ser verificadas. Apesar desta tarefa se encontrar atribuída principalmente aos editores, os jornalistas também estão envolvidos neste processo de triagem. Assim, foi-me sugerida a realização de uma pesquisa diária nas principais páginas disseminadoras de desinformação nas redes sociais, bem como ler e assistir a entrevistas e artigos que incluíssem citações de personalidades relevantes. Aprendi também a efetuar a verificação de imagens e de vídeos através de várias ferramentas de pesquisa de imagem inversa. Um dos maiores focos em várias verificações de factos é, necessariamente, a pesquisa rigorosa de dados estatísticos, bem como de dados compilados,

tarefas por vezes exaustivas, mas essenciais para se conseguir apurar com certeza a veracidade de várias questões.

Em muitas ocasiões, toda a equipa assistia em conjunto a debates da Assembleia da República, audições de ministros e comissões de inquérito parlamentares em direto, locais privilegiados para a identificação de afirmações incorretas ou, mesmo que verdadeiras, envoltas em polémica, justificando-se a necessidade de averiguação.

O processo de elaboração dos artigos de *fact-checking* apresenta alguns desafios. Em primeiro lugar, é necessário um elevado rigor na verificação da informação. Ao rigor junta-se o sentido de responsabilidade que tem de ser aplicado em cada uma das fases da sua elaboração, incluindo na classificação do grau de veracidade da questão em análise. Apesar de a avaliação do artigo ser, na maioria das vezes, uma decisão tomada em conjunto com os editores e diretor, acabei por me deparar com situações complexas. Por vezes, não existindo confiança total e inabalável na verificação realizada, fui aconselhada a deixar alguns trabalhos na gaveta, processo que me provocou frustração em algumas ocasiões, mas que na área do *fact-checking* e do jornalismo em geral é absolutamente necessário.

Foram dois os temas que marcaram com maior intensidade o trabalho que realizei durante o estágio no Polígrafo. O primeiro foram as eleições presidenciais que se viriam a realizar no dia 24 de janeiro de 2021. Foi nesta altura que algumas das candidaturas foram apresentadas ou confirmadas e que começou a circular nas redes sociais cada vez mais informação relacionada com os candidatos e as respetivas forças partidárias, bem como os mesmos começaram a ganhar espaço mediático, realizando múltiplas afirmações verificáveis.

O segundo e o tópico incontornável destes três meses foi, sem dúvida, a pandemia de Covid-19. Já passavam cerca de cinco meses desde a deteção do primeiro caso da doença em Portugal quando me juntei ao Polígrafo, mas a desinformação sobre o novo coronavírus e, por exemplo, as vacinas que ainda estavam a ser desenvolvidas, crescia a olhos vistos. Depressa tive de familiarizar-me com termos técnicos e, neste caso, uma vez que se trata de um tema relacionado com a saúde e com a ciência, chegar às fontes mais credíveis e esclarecedoras. O contacto com virologistas, pneumologistas e muitos outros especialistas de saúde pública foi essencial para a elaboração e fundamentação de vários *fact-checks*. Um dos desafios na altura foi precisamente conseguir chegar à fala com este leque de

especialistas que, por serem escassos no panorama nacional aqueles que se mostravam disponíveis para prestar declarações e existirem múltiplos órgãos de comunicação social a requisitá-los, muitas das vezes exigiam a persistência no contacto e a necessidade de explorar vias alternativas. A consulta de artigos científicos, de informação divulgada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Direção-Geral de Saúde (DGS) foi também fundamental para a realização de artigos sobre a pandemia.

2.3. Contextualização da escolha do tema

Apesar de terem sido várias as temáticas que tive oportunidade de tratar durante o estágio, sem dúvida que o maior destaque tem de ser dado à pandemia de Covid-19. A quantidade de desinformação alarmante em circulação nas redes sociais tornou necessária a mobilização da equipa de *fact-checking* para a realização de centenas de artigos de verificação a afirmações e publicações online.

Assim, o que se propõe de seguida é um breve estudo empírico que pretende dar a conhecer alguma da informação partilhada nas redes sociais relacionada com o novo coronavírus e com a pandemia por ele provocado que o Polígrafo verificou. Serão analisados vários indicadores relacionados com as origens da (des)informação, os seus temas e subtemas, bem como a classificação atribuída à questão que advém do processo de verificação realizado pelo jornal de *fact-checking*.

3. O papel do *fact-checking* no combate à desinformação sobre a pandemia de Covid-19

No dia 2 de fevereiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já alertava para aquilo que foi apelidado de uma “infodemia massiva”³⁷. A rápida circulação de desinformação sobre o novo coronavírus acompanhava a par e passo a disseminação da doença pelo mundo (Luengo & García-Marín, 2020). Não é de estranhar, portanto, que a nível internacional, a maioria das plataformas de *fact-checking* tenha dirigido muita da sua produção e atenção para a verificação de informação falsa e para a desconstrução de mitos que começaram a circular nas redes sociais numa fase muito precoce da epidemia, precisamente quando a informação disponível sobre a nova doença, cuja origem foi identificada na China, ainda era muito escassa.

3.1. Principais fenómenos desinformativos relacionados com o novo coronavírus

Em Portugal, o fenómeno desinformativo sobre a Covid-19 despoletou nas semanas posteriores à confirmação do primeiro infetado no país³⁸. O relatório “Informação e Desinformação sobre o coronavírus em Portugal”, realizado por investigadores do projeto “Media Lab” do ISCTE, analisa o modo como, numa fase inicial, os portugueses reagiram ao surto nas redes sociais e nas pesquisas dos motores de busca.

Uma das principais conclusões do estudo é a de que, no início da proliferação da doença em Portugal, se registou “um momento de forte propagação de desinformação via WhatsApp, maioritariamente assente em áudios” (Moreno et al., 2020, p.40). Tornaram-se virais mensagens de voz, em língua portuguesa, em que o autor se apresentava enquanto médico, enfermeiro ou outro profissional de saúde ou mesmo como um familiar próximo de um destes profissionais. As informações transmitidas estavam relacionadas com o suposto

³⁷“Novel Coronavirus(2019-nCoV) Situation Report – 13”. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200202-sitrep-13-ncov-v3.pdf> [acedido em 23 de setembro de 2021]

³⁸Disponível em: <https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/confirmados-dois-primeiros-casos-de-contagio-pelo-novo-coronavirus-em-portugal-11876592.html> [acedido em 23 de setembro de 2021]

encobrimento do número real de casos da doença, relatos de situações de crise em unidades hospitalares e mesmo a confirmação das primeiras vítimas mortais da doença em Portugal³⁹(Moreno et al., 2020). Assim, no estudo promovido pelo ISCTE, constata-se que este primeiro evento desinformativo e a sua dimensão viral podem ser justificados através da “credibilidade que as profissões de saúde têm na sociedade portuguesa”, uma vez que, neste caso, “para o cidadão comum, uma mensagem partilhada no WhatsApp por um profissional de saúde assume o mesmo peso de autoridade do que aquele que ocorre numa consulta ou interação face a face” (Moreno et al., 2020, p. 40).

A ausência de uma cura através de métodos terapêuticos cientificamente comprovados ou de uma vacina contra a Covid-19, transformou o distanciamento social na arma mais eficaz contra a disseminação da doença. Nas redes sociais, o consumo e produção de conteúdo foi promovido por estes períodos de isolamento social com que milhões de indivíduos se depararam ao longo de várias semanas (Rodrigues, 2020). Num primeiro momento, pelo menos em Portugal, foram criadas comunidades e grupos, principalmente no Facebook, que pretendiam, com boas intenções, partilhar informação válida sobre a pandemia e criar espaços de esclarecimento de dúvidas, contando até com a participação de profissionais de saúde (Moreno et al., 2020). No entanto, não demorou muito até que as redes sociais (com destaque para o Facebook, no caso português) se transformassem num palco para todo e mais algum tipo de conteúdo desinformativo e muitas das vezes conspirativo sobre a Covid-19.

O tipo de informação falsa a emergir seguiu a linha de desenvolvimento da pandemia. Numa primeira fase, viralizaram, à escala internacional, inúmeras técnicas caseiras que prometiam curar ou evitar o contacto com a doença, por exemplo, gargarejar com água com limão ou sal ou manter a garganta húmida para prevenir o contágio⁴⁰.

Muitos foram os que negaram (e continuam a negar) a gravidade e até a existência da própria doença. As redes sociais acabaram por servir de incubadora ao desenvolvimento de movimentos negacionistas que, ancorados nas mais variadas teorias da conspiração,

³⁹“Coronavírus: corrente no WhatsApp garante que já morreram duas pessoas. É falso”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/sociedade/artigos/coronavirus-corrente-no-whatsapp-garante-que-ja-morreram-duas-pessoas-e-falso> [acedido em 24 de setembro de 2021]

⁴⁰“Beber água de 15 em 15 minutos ajuda na prevenção da infeção por Covid-19?” Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/beber-agua-de-15-em-15-minutos-ajuda-na-prevencao-da-infecao-por-covid-19> [acedido em 24 de setembro de 2021]

passaram a partilhar de forma diária conteúdo predominantemente falso ou descontextualizado com o intuito de comprovar as suas alegações. Defendendo que a pandemia não existe ou que, pelo menos, a doença provocada pelo novo coronavírus não tem a magnitude proporcional às medidas de contenção impostas. Vídeos de supostos especialistas internacionais de renome a negar a gravidade da Covid-19 e, por exemplo, a equipará-la a uma gripe comum⁴¹, tornaram-se uma constante em grupos dedicados à partilha de desinformação sobre a pandemia. Um caso modelo em termos de alcance e de reunião de teorias da conspiração e de afirmações falsas e enganadoras sobre o coronavírus é o vídeo “Plandemic” (van der Linden et al., 2020). Lançado em maio de 2020, o vídeo de 26 minutos, onde, por exemplo, se defende que o coronavírus foi criado em laboratório e que a vacina contra a gripe contém coronavírus⁴², teve milhões de visualizações e partilhas em múltiplas plataformas online. Este vídeo circulou em larga escala, não só nos EUA, mas também em Portugal. Aliás, grande parte da desinformação sobre o SARS-CoV-2 que surgiu em Portugal, sobretudo numa fase inicial da pandemia, resultava da “importação de narrativas internacionais, em especial dos EUA” (Moreno et al., 2020, p.44).

No entanto, não foram apenas as redes sociais que alimentaram o fenómeno desinformativo vivido no último ano e meio. Figuras da elite política mundial contribuíram em larga escala para promover e até criar informação falsa (Van der Linden et al., 2020). Donald Trump, enquanto presidente dos EUA, protagonizou uma série de episódios que deram origem a massas de desinformação sem precedentes. O caso mais insólito é, certamente, o da conferência de imprensa em que o ex-presidente norte-americano sugeriu a possibilidade de serem desenvolvidas e aplicadas injeções de desinfetante para combater o vírus e “limpar os pulmões” de infetados com o coronavírus. Na mesma ocasião, sugeriu ainda a utilização de radiação ultravioleta como método de tratamento da doença (Clark, 2020).

Também Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, defendeu, mesmo após a doença já estar a circular no país e a provocar milhares de vítimas, que a Covid-19 não devia ser encarada como uma doença grave, comparando-a várias vezes a uma “gripezinha”. Foram muitas as

⁴¹“Pandemia de Covid-19 é igual a uma ‘época má de gripe’ e as ‘máscaras são completamente inúteis?’”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/pandemia-de-covid-19-e-igual-a-uma-epoca-ma-de-gripe-e-as-mascaras-sao-completamente-inuteis> [acedido em 24 de setembro de 2021]

⁴² O site de verificação de factos “Fact.check.org” analisou e classificou como falsas grande parte das alegações do vídeo. Disponível em: <https://www.factcheck.org/2020/05/the-falsehoods-of-the-plandemic-video/> [acedido em 25 de setembro de 2021]

informações falsas disseminadas pelo chefe de Estado brasileiro. Bolsonaro tornou-se num defensor acérrimo da utilização de medicamentos comprovadamente ineficazes no tratamento da Covid-19, entre eles, a hidroxicloroquina e a ivermectina (Rômany I.,2020). Posicionou-se ainda contra a utilização de máscaras de proteção e as medidas de distanciamento social. Não foram poucas as vezes em que o presidente surgiu completamente desprotegido, chegando até a incentivar ajuntamentos de grande dimensão⁴³, mesmo quando no Brasil se registavam milhares de vítimas mortais diárias.

Mas não foi apenas através dos discursos públicos que estas figuras políticas transmitiram informação enganosa e sem base científica. As publicações nas suas contas oficiais de redes sociais, com especial ênfase para o Twitter no caso de Trump e Bolsonaro, acabaram por potenciar ainda mais a proliferação de informação falsa por parte destes agentes. Além disso, os dois líderes aproveitaram a questão da pandemia para a colocarem na base dos seus discursos populistas em que clamavam estar do lado da população e do seu bem-estar, especialmente o económico. Nos dois casos, os presidentes defenderam a necessidade de abertura da economia, mesmo durante os picos de contágio, e fizeram uso de especialistas e outras personalidades institucionais que apoiavam e legitimavam as suas abordagens à pandemia:

Apesar de uma pandemia, que poderia ser considerada um assunto horrível, ambos os líderes insistiram em colocar os seus inimigos políticos no centro da dimensão trágica da sua narrativa fantasmática com significantes populistas como os media e os partidos da oposição, embora em frequências e construções simbólicas diferentes. Acima de tudo, ambas as narrativas têm um terreno comum. Donald Trump e Jair Bolsonaro retratam-se como autoridades sólidas cujas vontades e medidas são institucionalmente apoiadas⁴⁴. (Cervi et al., 2021, p. 14).

A utilização da pandemia como arma de arremesso no combate político fez-se notar também nas redes sociais, em grupos geridos por anónimos. Em Portugal, foi registada, desde o início da pandemia, uma “tentativa generalizada de usar o tema para fazer combate

⁴³ “Presidente do Brasil em banho de multidão. Sem máscara, deu abraços e pegou em crianças ao colo”. Disponível em: [Presidente do Brasil em banho de multidão. Sem máscara, deu abraços e pegou em crianças ao colo – Observador](#) [acedido em 24 de setembro de 2021]

⁴⁴Tradução livre feita a partir do original em inglês.

político, à semelhança do que já tinha acontecido, por exemplo, com os incêndios” (Moreno et al., 2020, p. 3).

Se de uma forma geral, a pandemia e o vírus que a causou já eram uma fonte inesgotável da desinformação a circular online, o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19 e as primeiras inoculações deram origem a um volume de informação falsa nas redes sociais e em outros cenários sem precedentes. Na verdade, mesmo antes do desenvolvimento ou aprovação do uso de emergência de uma vacina contra a Covid-19, foram muitas as teorias da conspiração criadas em seu redor. Uma das primeiras informações falsas a ser disseminada em relação à vacina contra a nova doença foi que esta já tinha sido inventada previamente e que, portanto, a pandemia foi criada propositadamente para que as vacinas fossem vendidas. Outra teoria muito partilhada baseava-se na premissa de que a pandemia e o processo de vacinação são esquemas de controlo da população, através da inserção de *chips* no momento da inoculação (Islam et al., 2020). Se por um lado, o conteúdo falso ou fora de contexto sobre a Covid-19 já era promotor de comportamentos irresponsáveis em relação à doença, os rumores e teorias da conspiração que começaram a circular, “foram identificados como impulsionadores para a hesitação em receber a vacina” (Grimes, 2021).

Historicamente, acusações negativas em relação à efetividade das vacinas afetaram as taxas de vacinação. Um boicote à vacina contra o Pólio⁴⁵ baseado em rumores de que a vacina causava infertilidade, levou ao aumento de casos da doença na Nigéria, Paquistão e Afeganistão (Grimes, 2021, p. 2).

Tal como concluído por Islam e colegas (2020), a pesquisa por informação sobre saúde nas redes sociais ou outras plataformas online pode colocar os utilizadores em risco de exposição perante desinformação que tem uma grande probabilidade de ameaçar a saúde pública.

⁴⁵A poliomielite é uma doença viral altamente infecciosa que afeta principalmente crianças com menos de 5 anos de idade. O vírus é transmitido de pessoa para pessoa, principalmente através da via fecal-oral ou, menos frequentemente, por um veículo comum (por exemplo, água ou comida contaminada). Disponível em: https://www.who.int/health-topics/poliomyelitis#tab=tab_1 [acedido em 5 de outubro de 2021]

3.2. Os *fact-checkers* como meios de moderação e de estabilização da informação sobre a Covid-19

Luengo e García-Marín (2020) consideram que os verificadores de factos independentes têm, no atual contexto pandémico, um papel de mediação entre autoridades públicas e o público, “ao separar factos de informações imprecisas e classificar peças de informação como falsas, enganosas, distorcidas ou descontextualizadas”⁴⁶ (p. 425). Num contexto de desconfiança e dúvida generalizada, como aquele que se viveu no início da pandemia e que se prolongou até aos dias de hoje, as verificações e avaliações de informação por parte de *fact-checkers* acabam por conseguir retardar rumores e conspirações virais e atenuar os seus efeitos, podendo até tornar-se em importantes “símbolos da verdade”, uma vez partilhados em massa, como de resto sucede com grande facilidade com a desinformação (Luengo & García-Marín, 2020).

Laurie Garrett afirmava, em março de 2020, que o único meio de defesa contra o pânico público e a onda de desinformação que envolvia a pandemia seria a promoção de uma “contrainformação, acessível a nível internacional, que seja ágil, precisa, que siga os valores morais e que transmita uma narrativa consistente baseada em evidência científica”⁴⁷ (p.1). Para a autora e jornalista de ciência premiada⁴⁸, os Governos e as entidades que os representam necessitam de investir em “bastiões da verdade” e naqueles que pretendem avaliar informação baseada na ciência, salvaguardando que a ‘verdade’ é mutável à medida que a investigação sobre a Covid-19 é desenvolvida (Garrett, 2020).

Luengo & García-Marín (2020) entendem que as análises e avaliações levadas a cabo pelos jornais de *fact-checking* podem, na melhor das hipóteses, quando publicadas atempadamente e quando partilhadas de forma massiva, operar como figura de “bastiões da verdade” apresentada por Garrett, com a capacidade de equilibrar narrativas no espaço público entre o “empirismo” e uma “dose sólida de ceticismo e de escrutínio” (2020, p. 1).

⁴⁶Tradução livre feita a partir do original em inglês.

⁴⁷Tradução livre feita a partir do original em inglês.

⁴⁸Laurie Garrett foi premiada, em 1996, com um Pulitzer por um conjunto de trabalhos realizados no Zaire sobre o surto de Ébola que se registava no país. Disponível em: <https://www.pulitzer.org/winners/laurie-garrett>. [acedido em 25 de setembro de 2021]

3.3. Limitações da atividade de *fact-checking* neste contexto

Conforme referido na secção anterior, é inegável o papel que o *fact-checking* e as correções de informação podem ter num cenário desinformativo como aquele que tem sido vivido durante a pandemia de Covid-19, no entanto, a resposta a esta “infodemia” não deve esgotar-se nesta atividade (Chou et al., 2021). Segundo a pesquisa realizada por Chou e colegas:

A verificação de factos tem várias limitações e raramente é bem-sucedida em desfazer totalmente os efeitos da exposição à desinformação. Em segundo lugar, existem muitos fatores que impulsionam o compartilhamento e a aceitação de desinformação no contexto da Covid-19 – como emoções, desconfiança, preconceitos cognitivos, racismo e xenofobia – e esses fatores tornam os indivíduos mais vulneráveis a certos tipos de desinformação e também torná-los impermeáveis a futuras tentativas de correção⁴⁹ (2021, p. 9).

Vários estudos demonstram que existe, de facto, uma resistência da desinformação perante a verificação e a correção, que, muitas vezes, potencia situações de “*backfire effect*” – fenómeno que ocorre quando uma verificação/correção baseada em evidência científica ou factual é apresentada a um determinado indivíduo que acaba por reforçar ainda mais a sua crença na peça de informação que a verificação pretendia retificar (Lewandowsky et al., 2012). Segundo Lewandowsky e colegas, este efeito “tem sido atribuído a um processo em que as pessoas, implicitamente, contra-argumentam contra qualquer informação que desafie a sua visão do mundo” (p. 119).

Chou et al. sugerem um conjunto alargado de estratégias complementares ao *fact-checking* para combater a desinformação sobre o coronavírus nas redes sociais, entre elas, o desenvolvimento de estratégias e programas que promovam a literacia científica, nomeadamente “em relação à natureza incremental e evolutiva do conhecimento científico que pode tornar o público menos impaciente com o processo científico em face das doenças emergentes⁵⁰” (2021, p. 11).

⁴⁹Tradução livre feita a partir do original em inglês.

⁵⁰ Tradução livre feita a partir do original em inglês.

Alguma literatura mostra ainda que estimular os indivíduos a pensar sobre a precisão da informação que encontram nas redes sociais e em outros locais da internet, pode melhorar a sua capacidade de efetuar uma distinção eficaz entre o que é verdadeiro e o que é falso e, assim, tornarem-se em agentes com uma capacidade de decisão responsável na hora de reagir, partilhar e criar publicações e outras peças de informação (Pennycook et al., 2020). Uma das medidas de atuação contra a desinformação relacionada com a pandemia propostas por Chou e colegas (2021) é a incorporação nas próprias redes sociais de, por exemplo, mensagens em formato *pop-up* que incentivem os utilizadores a refletir sobre o conteúdo que leem e partilham, apresentando como exemplo a seguinte mensagem: “Todos temos um papel no combate à desinformação. Antes de partilhar uma história, garanta que ela é fidedigna, se não tem a certeza, consulte um recurso de *fact-checking* reconhecido que o auxilie a verificar a informação” (p. 11).

4. Estudo de caso: Análise dos *fact-checks* sobre Covid-19 publicados pelo Jornal Polígrafo entre setembro e dezembro de 2020

O Polígrafo publicou o seu primeiro artigo de *fact-checking* relacionado com a Covid-19 no dia 27 de janeiro de 2020⁵¹, mais de um mês antes de ser confirmado o primeiro caso da doença em Portugal⁵². Nesta altura, os principais focos da torrente de desinformação que se aproximava eram a origem do vírus ainda desconhecido e a emergência de múltiplas teorias da conspiração que cruzavam interesses político-económicos com o desenvolvimento de vacinas e tratamentos contra o surto do novo coronavírus que teve início na cidade de Wuhan, na região central da China.

Inspirado em *fact-checkers* norte-americanos pioneiros, como o Politifact, o Polígrafo estava, desde a sua criação, vocacionado maioritariamente para a produção de conteúdo relacionado com a verificação de afirmações de políticos/figuras públicas e de publicações nas redes sociais relacionadas com o panorama político e socioeconómico português. Apesar de tópicos internacionais e de saúde estarem desde sempre no radar do Polígrafo, não compreendiam, antes de fevereiro de 2020, uma fatia tão avultada da produção do jornal como aquela que se verificou ao longo dos últimos meses.

De seguida, procede-se à análise dos artigos de *fact-checking* publicados no site do Polígrafo entre setembro e janeiro de 2020, o período de tempo do estágio curricular realizado ao qual se adiciona o mês de dezembro, pela sua relevância na alteração do panorama desinformativo com a evolução da situação pandémica em Portugal e a aprovação de emergência da primeira vacina contra a Covid-19.

⁵¹“Epidemia do coronavírus: é verdade que já existe uma vacina?”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/ja-existe-uma-vacina-contr-o-wuhan-coronavirus> [acedido a 20 de setembro de 2021]

⁵²“Confirmado primeiro caso de coronavírus em Portugal. Segundo caso aguarda contra-análise”. Disponível em: [Confirmado primeiro caso de coronavírus em Portugal. Segundo caso aguarda contra-análise \(tsf.pt\)](#) [acedido a 20 de setembro de 2021]

4.1. Metodologia

O presente estudo tem como propósito a análise de *fact-checks* realizados pelo jornal de *fact-checking* Polígrafo, mais concretamente dos casos em que a verificação de factos está diretamente relacionada com a pandemia de Covid-19. Ancorado a uma abordagem metodológica de análise de conteúdo quali-quantitativa, o estudo procurou responder à seguinte questão de investigação: Como é que a evolução da pandemia em Portugal influenciou as verificações de factos sobre Covid-19?

Procedeu-se então à criação de uma base de dados de todos os artigos associados de forma direta ao novo coronavírus, que foram publicados no site do jornal de *fact-checking* Polígrafo entre 1 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2020.

Assim, numa primeira fase, foi contabilizado o número absoluto de *fact-checks* realizados em cada um dos quatro meses referidos (N= 463), independentemente do tópico tratado. Posteriormente, apurou-se de forma relativa a quantidade de artigos que tratavam tópicos relacionados de forma inequívoca com a pandemia de Covid-19 (N= 160), englobando tópicos de cariz nacional e internacional. De seguida, foram consideradas as múltiplas origens das informações que dão o mote à verificação. As alegações que o Polígrafo analisou durante este período provieram de redes sociais, afirmações de figuras públicas (com destaque para as figuras políticas⁵³) e de sugestões por parte de leitores. Os dados recolhidos e tratados mostram qual a predominância da origem dos factos alvo de verificação.

A investigação versa também sobre as classificações atribuídas aos *fact-checks* sobre Covid-19, de acordo com a escala de avaliação do Polígrafo⁵⁴ que compreende sete níveis. É feita uma análise mensal e total do número e percentagem de artigos avaliados com cada uma das classificações, dados que permitem observar a evolução da veracidade do conteúdo avaliado pelo Polígrafo nos últimos quatro meses de 2020.

54 Escala de avaliação do Polígrafo. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/o-nosso-metodo> [acedido a 20 de setembro de 2021]

A diversidade de subtemas que podem ser destacados do interior do universo da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 e da informação que sobre ela circula é vasta e merece uma análise concreta que permita estabelecer algumas das tendências desinformativas. Com base na análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 2008), neste estudo foram criadas sete categorias a partir leitura e interpretação de cada um dos 160 artigos de *fact-check*: dados estatísticos sobre a Covid-19 (1), métodos terapêuticos (2), testes de deteção da doença (3), medidas de contenção da pandemia (4), meios de contágio (5), máscaras (6) e vacinas (7).

Além disso, analisou-se o país a que se refere a informação sobre Covid-19 analisada nas peças de *fact-checking*. Primeiro, de forma global, apurando o número de artigos sobre a situação pandémica portuguesa e, por outro lado, aqueles que diziam respeito a países estrangeiros. Foi realizada, de seguida, um apanhado concreto de todos os países cuja situação pandémica ou outro tópico sobre o novo coronavírus esteve na base de uma análise do Polígrafo no período estudado.

Os dados da presente análise foram recolhidos entre os dias 10 e 12 de setembro de 2021. A recolha foi realizada de forma manual na plataforma de *backoffice* do jornal que funciona como arquivo de todos os artigos publicados no site.

4.2. Análise global dos *fact-checks* sobre Covid-19 entre setembro e dezembro de 2020

Em primeiro lugar, analisa-se o número total de artigos de *fact-checking* realizados e publicados pelo Polígrafo nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020. Os números variam entre os 114 e os 117 *fact-checks* mensais. Por norma, são publicados quatro artigos por dia no *site* do jornal, às 09:00, 11:00, 15:00 e 18:00 horas, pelo que os valores totais apurados correspondem, com ligeiras variações, a esta produção diária.

Durante estes quatro meses, e tal como ocorria desde o final de janeiro de 2020, o Polígrafo desenvolveu uma quantidade significativa de *fact-checks* com o objetivo de verificar informações sobre a Covid-19, bem como outros aspetos e temas relacionados com a doença e a situação pandémica vivida no país e no mundo.

Assim, e tal como se observa no gráfico 1, em setembro de 2020, foram publicados no site do jornal 35 *fact-checks* sobre o novo coronavírus. Nos dois meses seguintes, registou-se uma tendência de crescimento, com a publicação de 40 artigos em outubro e de 45 em novembro. No mês de dezembro, assinala-se um ligeiro decréscimo em relação ao mês anterior, foram lançados 40 artigos relacionados com a pandemia.

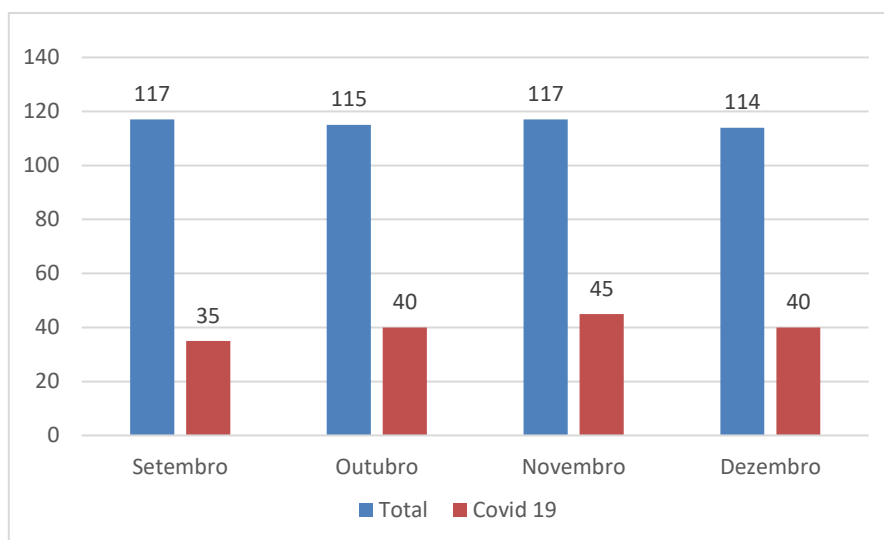


Gráfico 1 - Número total de fact-checks e número relativo de fact-checks sobre Covid-19 entre 1 de setembro e 31 de dezembro de 2020

Em termos percentuais (arredondados às unidades), no mês de setembro, 30% das verificações realizadas pelo Polígrafo tinham como tema o SARS-CoV-2. Em outubro, dos 117 artigos publicados no site, 35% pertenciam a esta categoria e em novembro a percentagem aumentou para 38%. Por fim, em dezembro, foram novamente 35% os *fact-checks* publicados sobre Covid-19. As percentagens indicadas podem ser visualizadas no gráfico 2.

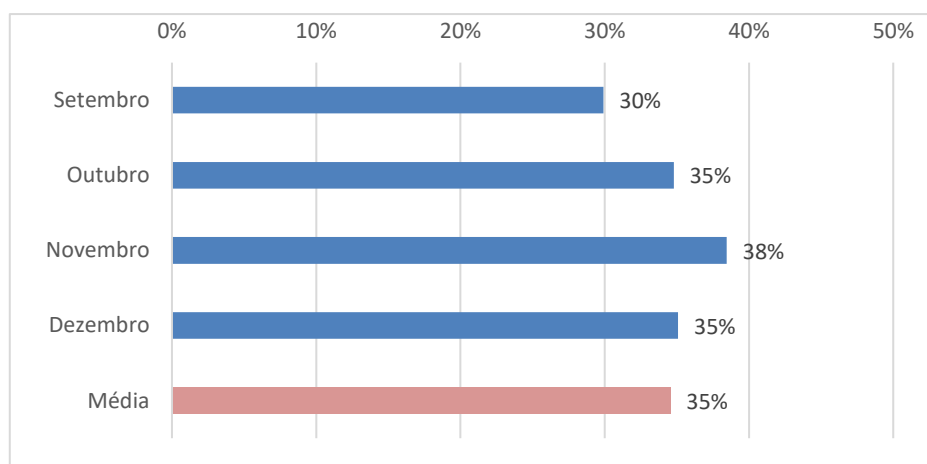


Gráfico 2 - Percentagem de artigos de fact-check sobre Covid-19

Destaque ainda para a média mensal de peças de *fact-check* sobre a Covid-19 que foi, durante estes quatro meses, de 40 artigos. Também em média, este tipo de conteúdo correspondeu a 35% do total de artigos de *fact-checking* publicados no site do Polígrafo.

4.2.1. Origem da informação verificada

Conforme referido anteriormente, neste estudo foi analisada a origem da informação de cada um dos fact-checks sobre a Covid-19 em estudo (N=160). Para tal, foi necessário consultar cada um dos artigos em que é mencionado explicitamente a proveniência do objeto da verificação. Nos casos em que a informação surge das redes sociais, na grande maioria das vezes, são inseridas nas peças capturas de ecrã da publicação, o vídeo ou a imagem em causa, salvaguardando-se sempre a identidade do autor do *post* quando este é anónimo. Nos casos em que a partilha é efetuada por uma figura pública nas suas contas de redes sociais oficiais, considera-se, para efeitos desta análise, que se trata de uma afirmação proferida pela própria.

É possível distinguir cinco origens da informação sobre Covid-19 verificada durante estes quatro meses: Facebook, Twitter, WhatsApp, afirmações de figuras públicas e, por fim, as sugestões de leitores. O Facebook foi, sem margem para dúvidas, o espaço de onde chegou grande parte deste conteúdo. É evidente, observando o gráfico 3, o aumento do número de

artigos baseados em informação presente nesta rede social ao longo dos quatro meses. Se entre setembro e novembro, este crescimento foi ligeiro e gradual, registando-se um aumento de 21 para 28 artigos, no mês de dezembro a quase totalidade das verificações sobre Covid-19 (93%), foram realizadas a partir de publicações sinalizadas no Facebook, facto que será analisado com maior pormenor no seguimento deste capítulo, mas que se explica pela onda de desinformação, muito centrada nesta rede social, sobre as vacinas que depois de meses de pesquisa e de testes, começaram a ser aprovadas no decorrer deste mês em vários países do mundo.

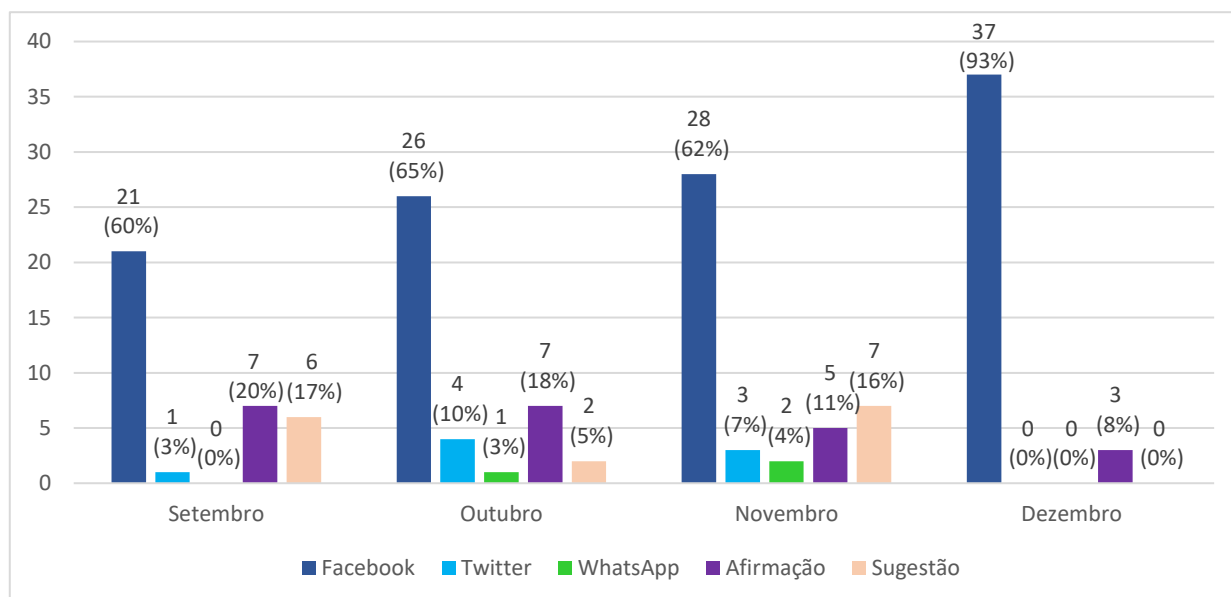


Gráfico 3 - Número e percentagem de artigos de *fact-checking* sobre Covid-19

Tanto o Twitter (8 artigos) como o WhatsApp (3 artigos), apresentam-se como origens residuais para a informação analisada pelo Polígrafo. No decorrer dos quatro meses, apenas 11 artigos, de um total de 160, foram realizados com base em *posts* presentes nestas redes sociais.

Relativamente à verificação de afirmações de figuras públicas sobre a Covid-19 (22 artigos), registou-se uma tendência de decréscimo ao longo dos quatro meses, de 20% em setembro para 8% em dezembro. Observa-se, uma tendência contrária entre o aumento de verificações com origem no Facebook e estas afirmações.

Já as sugestões de leitores (15 artigos) registaram, em setembro e novembro, um maior número e percentagem de artigos que as tinham como base. No mês de outubro, foram publicados dois artigos baseados em informação divulgada através deste tipo de proposta, o que constitui 5% do total de factos verificados. Esta origem informacional não teve, no entanto, qualquer representação no mês de dezembro, uma vez que durante este período não existe qualquer artigo assinalado com esta origem.

4.2.2. Classificações atribuídas aos *fact-checks* em análise

Uma vez realizada a análise global dos dados recolhidos, importa atentar na avaliação atribuída às verificações de factos. Tal como referido anteriormente, a escala de classificação do Polígrafo tem, atualmente, sete níveis. No entanto, importa ressaltar que duas das classificações – descontextualizado e manipulado⁵⁵ – são mais recentes e começaram apenas a ser utilizadas a partir de novembro de 2020, pelo que não foram consideradas para a análise dos meses de setembro e outubro.

⁵⁵ Cf. Secção 3.1.1) Método de Verificação e Escala de Classificação

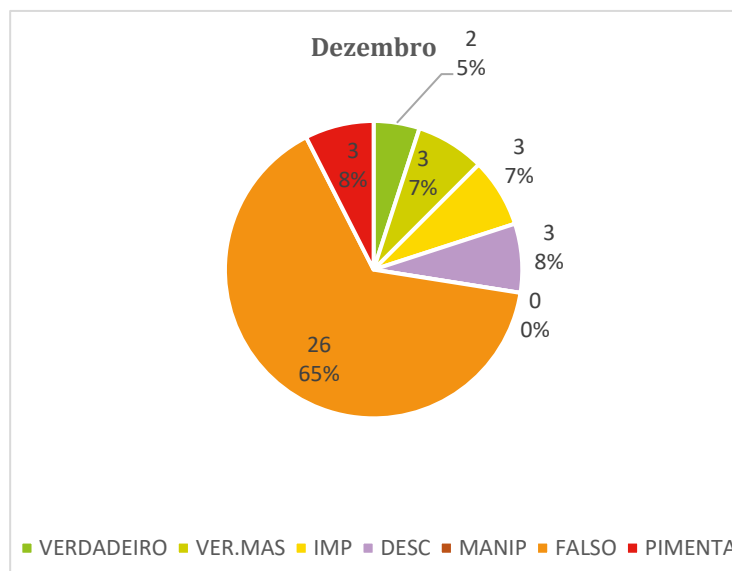
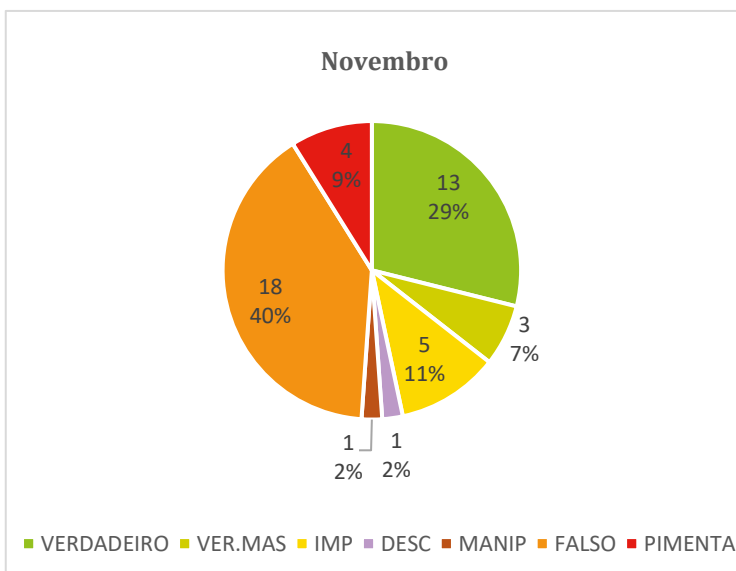
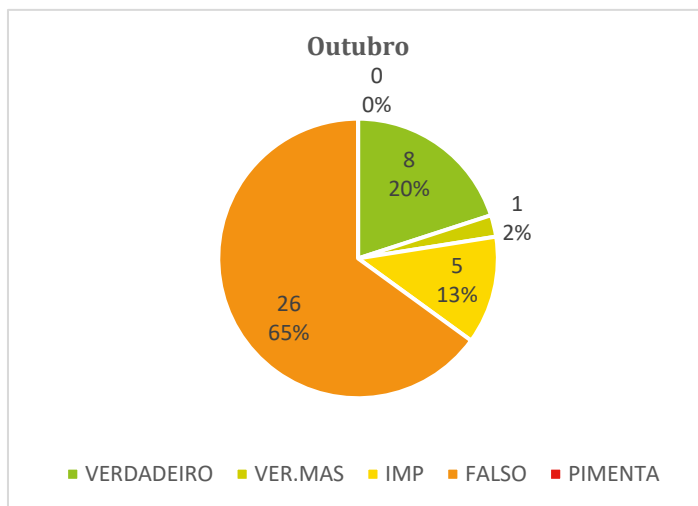
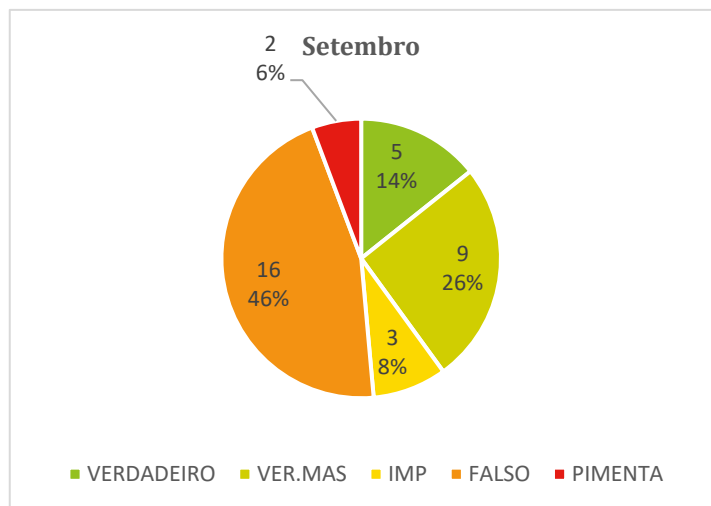


Gráfico 4 - Número e percentagem das classificações atribuídas aos fact-checks sobre Covid-19 em cada um dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020

Os gráficos apresentados acima mostram o número e a percentagem de artigos avaliados com cada uma das classificações. Em todos os meses analisados, a avaliação com maior expressão foi o “falso”, registando sempre uma percentagem igual ou superior a 40%. Destacam-se os meses de outubro e de dezembro em que, coincidentemente, a percentagem de artigos cuja análise se concluiu falsa atingiu os 65%.

Já em relação à atribuição do selo “verdadeiro”, que se limita a informações inequivocamente corretas, acabou por, em cada mês, nunca exceder os 30%. Destaque para

o mês de dezembro em que apenas 5% das verificações de conteúdo foram classificadas como totalmente verdadeiras.

As avaliações intermédias, que dão resposta a questões factuais mais complexas, em que nem toda a informação é falsa ou verdadeira ou, por exemplo, apenas se encontra incompleta ou fora de contexto, apresentaram apenas ligeiras variações durante o período em estudo.

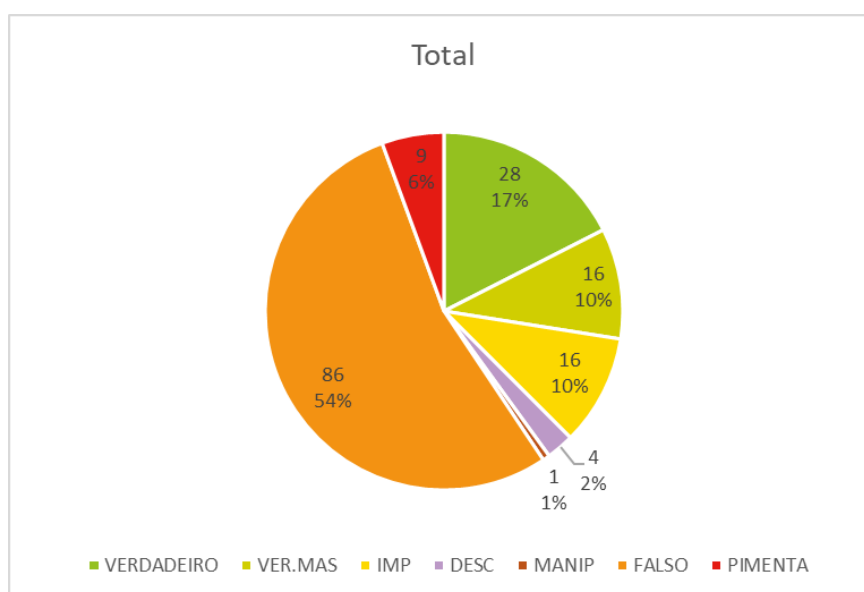


Gráfico 5 - Número e percentagem das classificações atribuídas ao total dos fact-checks sobre Covid-19 publicados entre 1 de setembro e 31 de dezembro de 2020

Avaliando os dados das classificações dos *fact-checks* em análise (N=160) de forma absoluta, no total dos quatro meses, que podem ser observados no gráfico 8, 86 *fact-checks* foram classificados com o carimbo “falso”, o que corresponde a 54% do total do conteúdo produzido sobre Covid-19 neste período, ou seja, mais de metade. A avaliação “pimenta na língua”, que representa o último grau de falsidade na escala do Polígrafo e que é, necessariamente, utilizada com moderação, uma vez que apenas se aplica “quando a informação avaliada é escandalosamente falsa”⁵⁶, foi aplicada em apenas nove artigos durante estes quatro meses.

⁵⁶ Escala de Avaliação do Polígrafo. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/o-nosso-metodo> [acedido em 21 de setembro de 2021]

Um total de 28 artigos, que corresponde a 17% do seu total, foram desenvolvidos a partir de informação que se considerou ser verdadeira. Já em relação às restantes avaliações, contabilizam-se 16 “verdadeiro, mas...” e 16 “impreciso”, ou seja, cada uma delas representa 10% do total de artigos de *fact-checking* que versam sobre o novo coronavírus. Apenas cinco artigos foram avaliados com os selos “descontextualizado” e “manipulado”, tal poderá ficar a dever-se ao facto de a introdução destes níveis na escala de avaliação ser recente e também ao nível de especificidade da avaliação, sendo que no caso da classificação “manipulado” esta somente se aplica a conteúdo multimédia.

4.2.3. Temas concretos dos *fact-checks* em análise

Para melhor perceber o tipo de informação e principalmente desinformação sobre Covid-19 verificada pelo Polígrafo ao longo destes meses, foram criadas, a propósito do presente estudo, categorias que balizam os temas em causa.

Foram desenvolvidas sete categorias temáticas que incluem conteúdo relacionado com: dados estatísticos sobre a Covid-19 (1)⁵⁷, métodos terapêuticos (2)⁵⁸, testes de deteção da doença (3)⁵⁹, medidas de contenção da pandemia (4)⁶⁰, meios de contágio (5)⁶¹, máscaras

⁵⁷ Exemplo: “Portugal voltou a ultrapassar o limiar de 1.000 internados com Covid-19?”. Disponível em: [https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/portugal-voltou-a-ultrapassar-o-limiar-de-1.000-internados-com-covid-19-\(com-video\)-poligrafo-sapo.pt](https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/portugal-voltou-a-ultrapassar-o-limiar-de-1.000-internados-com-covid-19-(com-video)-poligrafo-sapo.pt) [acedido em 22 de setembro de 2021]

⁵⁸ Exemplo: “Água com sal ou vinagre elimina o coronavírus enquanto ‘permanece na garganta?’” Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/agua-com-sal-ou-vinagre-elimina-o-coronavirus-enquanto-permanece-na-garganta> [acedido em 22 de setembro de 2021]

⁵⁹ Exemplo: “Testes para o novo coronavírus têm 97% de margem de erro?” Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/testes-para-o-novo-coronavirus-tem-97-de-margem-de-erro> [acedido em 22 de setembro]

⁶⁰ Exemplo: “Stayaway Covid. Apenas 116 pessoas inseriram o código na aplicação até 12 de outubro?” Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/stayaway-covid-apenas-116-pessoas-inseriram-o-codigo-na-aplicacao-ate-12-de-outubro> [acedido em 22 de setembro de 2021]

⁶¹ Exemplo: “É possível ter material genético do vírus no organismo, mas não estar infetado com Covid-19?”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/e-possivel-ter-material-genetico-do-virus-no-organismo-mas-nao-estar-infetado-com-covid-19> [acedido em 22 de setembro de 2021]

(6)⁶² e vacinas (7)⁶³. A categoria supletiva “outros” agrupa todos os artigos que pela sua especificidade não se integram em nenhuma das categorias mencionadas.

Tópico	Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
Estatísticas	4	11%	4	10%	6	13%	4	10%
M. Terapêuticos	2	6%	3	8%	5	11%	3	8%
Testes	5	14%	3	8%	2	4%	3	8%
Medidas	4	11%	10	25%	13	29%	3	8%
Contágio	10	29%	1	3%	4	9%	1	3%
Máscaras	4	11%	8	20%	5	11%	1	3%
Vacinas	1	3%	3	8%	5	11%	23	58%
Outros	5	14%	8	20%	5	11%	2	5%

Tabela 1 - Distribuição dos fact-checks sobre Covid-19 realizados entre 1 de setembro e 31 de dezembro por tópicos

Na tabela 1, observa-se o número e respetiva percentagem de artigos repartidos pelos respetivos tópicos em cada um dos meses que fazem parte desta análise. Em setembro, a categoria de Covid-19 mais trabalhada pelo Polígrafo foi a dos meios de contágio, que preencheu 29% da produção. Nos dois meses seguintes, outubro e novembro, destaque para a percentagem de verificações realizadas que incidiram sobre as medidas de contenção da pandemia, de, respetivamente, 25% e 29%. Em dezembro, destaca-se uma percentagem muito significativa de *fact-checks* que tinham como tema principal as vacinas contra o novo coronavírus, cerca de 58%, mais de metade do total do mês. A produção de conteúdo relacionado com este último tópico evoluiu de forma crescente ao longo dos quatro meses. No mês de setembro apenas 3% das peças de verificação tinham como tema as vacinas, percentagem que aumentou para 8% em outubro, 11% em novembro, tendo escalado substancialmente no último mês do ano.

Já em relação aos tópicos da análise estatística e dos métodos terapêuticos, assiste-se a uma consistência do número e percentagem de verificações em que figuram como principal conteúdo a ser revisto. Nos quatro meses, o número de peças com base nestes tópicos variou entre as duas e as seis. As categorias “contágio” e “máscaras” registaram um tendencial

⁶²Exemplo: “Há crianças internadas e a morrer na Europa devido à utilização de máscara?”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/coronavirus-ha-criancas-internadas-e-a-morrer-na-europa-devido-a-utilizacao-de-mascara> [acedido em 22 de setembro de 2021]

⁶³Exemplo: “Vacinas de mRNA intervêm ‘diretamente no material genético do paciente?’” Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/vacinas-de-mrna-intervem-diretamente-no-material-genetico-do-paciente> [acedido em 22 de setembro de 2021]

decréscimo, ainda que com ligeiras variações entre meses, registando, ambas, a percentagem de 3% do total de artigos em dezembro.

4.2.4. Métodos de verificação

Como abordado anteriormente no presente relatório, o Polígrafo tem métodos de verificação e uma escala de classificação próprios. O jornal de *fact-checking* fundamenta os seus artigos em fontes credíveis, partilhando-as de forma clara e acessível no texto. A meta é a promoção da literacia mediática. Ao guiar o leitor no processo de verificação realizado pelo *fact-checker* estão a ser atribuídas ferramentas que provam que cada indivíduo pode, em muitos casos, verificar de forma autónoma factos com os quais se depara *online* ou, por exemplo, em discursos políticos.

A informação sobre o novo coronavírus é, no entanto, um caso particular. O facto de esta ser uma doença nova faz com que o conhecimento disponível esteja dependente da investigação científica, não sendo acessível a qualquer um. Por outro lado, a explosão de produção científica sobre o SARS-CoV-2 exige conhecimentos técnicos de análise dos estudos para, por exemplo, aferir se foram revistos por pares e/ou têm validade científica. Por outro lado, desde o início da pandemia, as autoridades mundiais e nacionais de saúde, como a OMS e a DGS, prestam informação clara e sintetizada, por exemplo, através de conferências de imprensa e da disponibilização de boletins periódicos que reportam a situação pandémica. Nos *sites* e redes sociais destas entidades, e de outras com elas relacionadas, é também possível consultar informação oficial de forma geralmente muito intuitiva, por exemplo, através de separadores de “perguntas frequentes”.

Os dados recolhidos, expressos na tabela 2, que se referem aos métodos de verificação utilizados pelo Polígrafo durante este período, mostram o número e percentagem de artigos realizados a partir de três tipos de fontes: a citação de especialistas de saúde⁶⁴(1), a consulta

⁶⁴ Uma vez que a intenção, neste caso, é a de obter esclarecimentos sobre a Covid-19, o Polígrafo contactou, ao longo destes meses, principalmente virologistas e epidemiologistas. No entanto, em tópicos de saúde mais gerais ou relacionados, por exemplo, com a análise de estudos científicos, foram também ouvidos e citados especialistas em Medicina Geral e Familiar e investigadores das áreas da biologia, química e vacinas, por exemplo.

de informação oficial e contacto com autoridades de saúde (2) e, por fim, a consulta de artigos e investigações científicas (3).

	Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
Especialistas S.	11	31%	15	38%	22	49%	23	58%	71	44%
Info. Oficial	20	57%	15	38%	15	33%	15	38%	65	41%
Artigos Cient.	20	57%	28	70%	28	62%	28	70%	104	65%

Tabela 2 - Percentagem e número de artigos em que os diferentes métodos de verificação foram utilizados nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro

Importa ressaltar que, na maioria dos casos, as verificações analisadas foram realizadas com recurso a mais do que um dos métodos explanados em cima. Estas fontes não são estanques, pelo contrário complementam-se e a sua junção oferece um maior número de provas e de grau de credibilidade à peça de *fact-checking*.

Ora, a consulta de artigos e outras peças de investigação científica foi, durante os quatro meses analisados, o método mais utilizado nas verificações. No total, registou-se em 104 artigos, cerca de 65% do total de verificações sobre Covid-19 (N=160). Ou seja, entende-se que, na maioria dos casos, embora os *fact-checks* pudessem contar com outras fontes, apresentavam como base a evidência científica presente em estudos ou outro tipo de peça de investigação que solidifica, não só o processo de checagem ao jornalista, mas também funciona como prova documental que pode ser consultada e analisada pelos destinatários dos artigos.

Já em relação ao contacto e posterior citação de especialistas da área da saúde e, mais concretamente de Covid-19, constata-se uma evolução ascendente na tabela 2. O número e a percentagem de artigos em que o Polígrafo entrevistou especialistas para a obtenção de esclarecimentos situava-se, no mês de setembro, nos 31%. Em outubro, nos 38% e em novembro aumentou para 49%. Por fim, em dezembro, o uso deste tipo de fontes chegou até aos 58%. É importante, relativamente ao último mês de 2020, relacionar estes contactos com especialistas e a predominante verificação do tópico das vacinas que se observa na secção anterior.

A consulta de informação oficial e/ou o contacto com autoridades de saúde, que inclui, por exemplo, a análise de estatísticas sobre a evolução pandémica, pedidos de esclarecimento ao Ministério da Saúde ou a pesquisa de diretivas e orientações provenientes de entidades de saúde nacionais e mundiais, foi efetuada em 41% dos artigos realizados, ou seja, em 65 destes. A evolução da utilização desta fonte pode ser caracterizada como flutuante, com altos e baixos ao longo dos quatro meses.

4.2.5. Países aos quais está associada a informação verificada

No âmbito da realização deste estudo empírico, foram recolhidos e tratados dados relacionados com os países aos quais estão associados os conteúdos sobre Covid-19 verificados pelo Polígrafo entre setembro e dezembro de 2020. Em primeiro lugar, importa dividir este indicador em dois grandes grupos – o da informação relacionada com Portugal e um segundo em que se englobam conteúdos sobre Covid-19 em países estrangeiros⁶⁵, dados que se encontram expressos no gráfico 6.

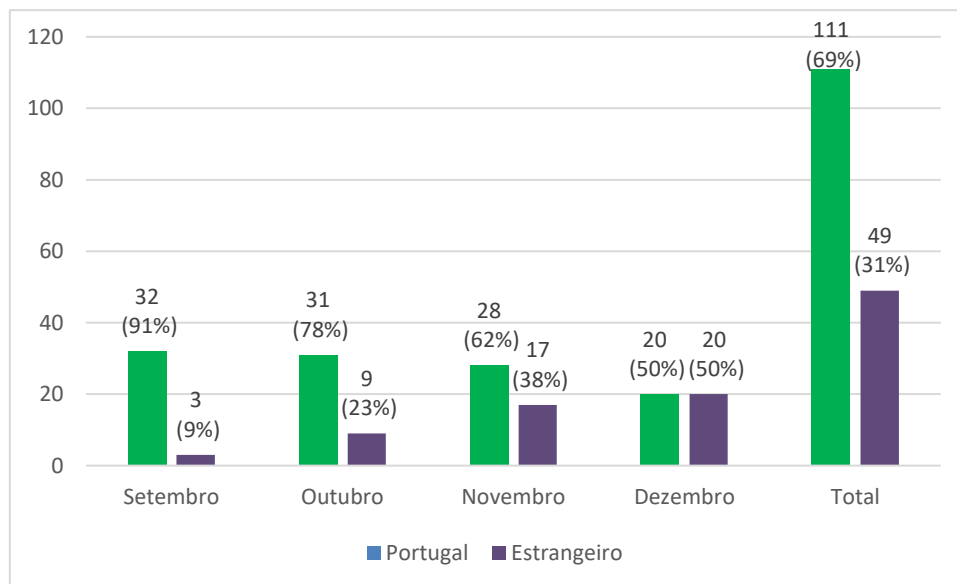


Gráfico 6 - Número e percentagem de artigos sobre Covid-19 em que a informação verificada está relacionada com Portugal e com países estrangeiros

⁶⁵ Exemplo de *fact-check* que versa sobre informação de um país estrangeiro: “Milhões de visons estão a ser abatidos na Dinamarca por causa do novo coronavírus?”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/milhoes-de-visons-estao-a-ser-abatidos-na-dinamarca-por-causa-do-novo-coronavirus> [acedido a 1 de outubro de 2021]

Assiste-se a uma evolução crescente da percentagem e do número de artigos sobre países estrangeiros ao longo destes quatro meses, embora nunca se registre uma superação destes em relação aos que analisaram informação sobre a pandemia a nível nacional. Em setembro, do total de *fact-checks* (N=35), apenas três versavam sobre informação relacionada com países estrangeiros, ou seja, 91% dos artigos tratavam tópicos nacionais e apenas 9% de outros países. Em outubro, de um total de 40 verificações, 9, cerca de 23%, visavam conteúdo estrangeiro e 31, ou seja 78%, nacional. No mês de novembro, continua a assistir-se ao crescimento do número de artigos em que é analisado conteúdo de outros países, aumentando a sua percentagem para 38%, o equivalente a 17 artigos de um total de 45. Em dezembro, 50% dos artigos foram realizados com base em informação estrangeira, o maior número e percentagem até aí registados.

No total dos *fact-checks* sobre o SARS-CoV-2 publicados nos quatro meses (N=160), 111 tratavam informação relativa à pandemia em Portugal, ou seja, 69%. Realizaram-se 49 artigos em que o ponto de partida para a verificação dizia respeito a informação relacionada com países estrangeiros, o que equivale a 31% do total referido.

É possível e relevante analisar este indicador de forma mais concreta. Considerando os 49 *fact-checks*, cuja base da verificação são conteúdos estrangeiros sobre a pandemia, contam-se 17 países.

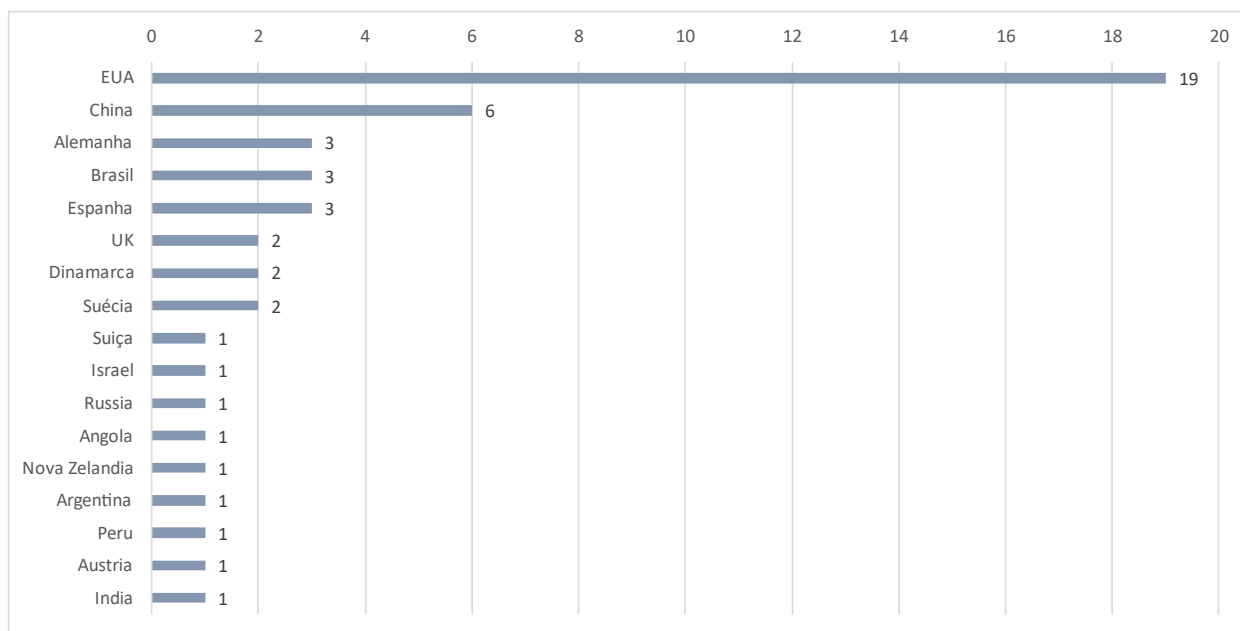


Gráfico 7 - Número de artigos de *fact-checking* realizados a partir de informação proveniente de cada um dos 17 países

Assim, do total de artigos que versavam sobre informação estrangeira, a grande maioria, 19, diziam respeito aos EUA. O segundo país com maior número de verificações neste contexto foi a China, com 6 artigos no total dos quatro meses. Seguem-se a Alemanha, Brasil e Espanha com 3 e destacam-se ainda o Reino Unido, a Dinamarca e a Suécia com 2 verificações cada. Os restantes 9 países estiveram apenas representados em um *fact-check* durante todo o período temporal em análise.

4.3. Discussão de resultados

Os resultados alcançados com o presente estudo de caso apresentam múltiplas conclusões e permitem verificar diversas tendências desinformativas.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à análise global dos *fact-checks* sobre Covid-19 publicados pelo Polígrafo entre setembro e dezembro de 2020, assiste-se a um aumento progressivo do número de artigos de verificação dedicados à Covid-19, atingindo-se o pico em novembro e registando-se um ligeiro decréscimo em dezembro. Esta tendência de crescimento da análise de desinformação pelo Polígrafo é diretamente proporcional à evolução da situação pandémica no país, nomeadamente do aumento do número de novos casos detetados da doença, tal como se pode verificar através da consulta dos dados disponibilizados pela Direção-Geral de Saúde (DGS)⁶⁶. A 16 de novembro de 2020, registou-se um total de 8.371 novos casos diários, sendo este o pico dos quatro meses em análise neste estudo. Foi também em novembro que se registou o maior número de verificações sobre o novo coronavírus realizadas e publicadas pelo Polígrafo: 45 *fact-checks* que, nesse mês, constituíram 38% do total da produção do jornal. Conclui-se então existir uma relação direta entre o agravamento da situação pandémica e a verificação de informação por parte do Polígrafo.

⁶⁶ Relatório do ponto de situação atual em Portugal da DGS sobre a pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://covid19.min-saude.pt/ponto-de-situacao-atual-em-portugal/> [acedido em 5 de outubro de 2021]

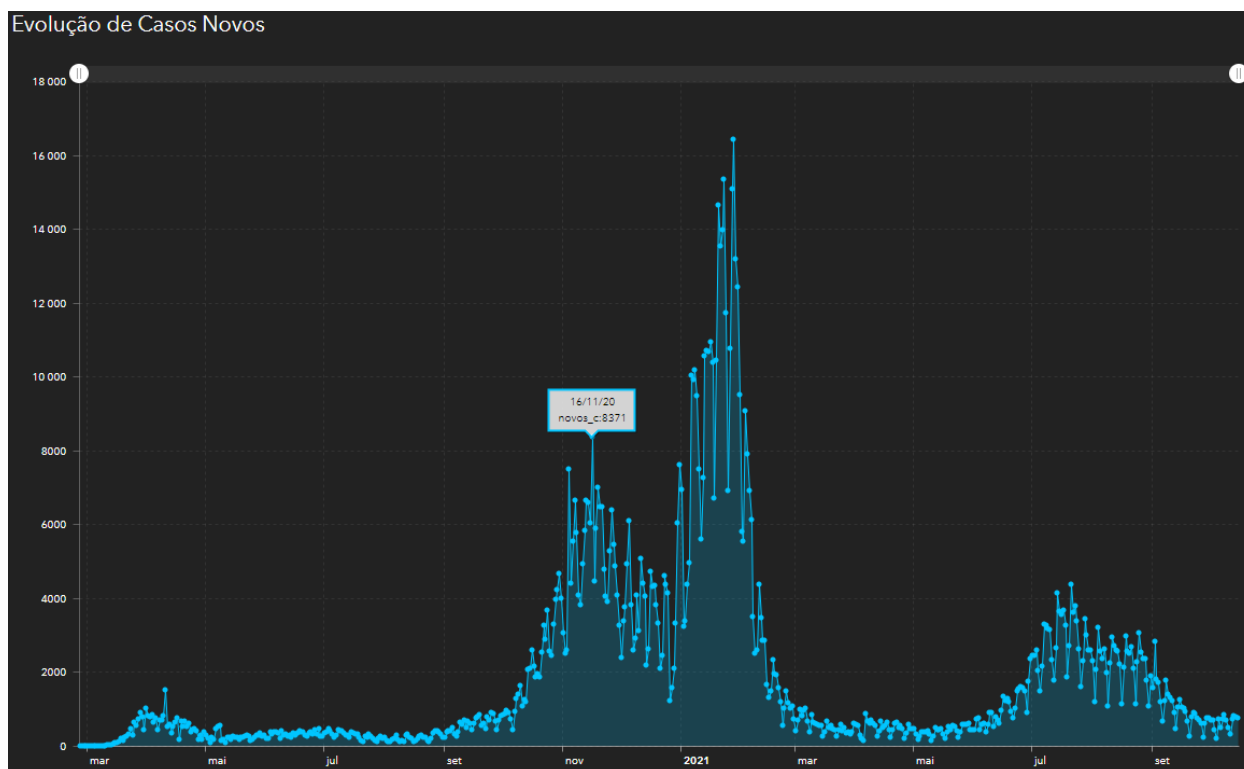


Figura 2 - Evolução do número de novos casos de Covid-19 em Portugal desde o início da pandemia. (Fonte: Site oficial da DGS – Ponto da Situação Atual em Portugal)

Já em relação à origem da informação verificada nas peças, foi observada uma tendência que demonstra que a grande quantidade de informação que chega ao jornal para ser analisada e avaliada provém do Facebook, registando-se em todos os meses a prevalência desta origem. Tal justifica-se, em primeiro lugar, pela parceria⁶⁷ que o Polígrafo tem com o Facebook desde 2019. O acesso facilitado a conteúdos que estão sinalizados previamente enquanto suspeitos de conterem informação falsa ou enganosa pela rede social⁶⁸ faz com que, automaticamente, a plataforma de *fact-check* tenha acesso privilegiado aos mesmos. Além disso, assiste-se com regularidade à replicação de informação falsa pelas várias redes sociais. Portanto, o facto de no artigo do Polígrafo ficar assinalada de forma mais evidente a verificação de conteúdo presente no Facebook, não exclui a possibilidade de a informação

⁶⁷ Secção 3.1.3. - Parceria com o Facebook

⁶⁸Qualquer pessoa pode denunciar uma publicação no Facebook como suspeita de conter informação falsa. Disponível em: [Como posso marcar uma publicação do Facebook como notícias falsas? | Centro de Ajuda do Facebook](#) [acedido em 24 de setembro de 2021]

estar a circular nas outras redes sociais. Justificando-se, assim, o baixo registo de informação analisada que tenha chegado do Twitter e WhatsApp.

No caso das sugestões de leitores, não é possível estabelecer um padrão da evolução desta origem de informação. Setembro e novembro foram os meses em que se registou um maior número e percentagem de artigos com base nas propostas de quem lê o Polígrafo. Na verdade, a utilização destas sugestões para a produção do jornal está dependente da sua relevância e das opções editoriais. O facto de não existir registo de verificações feitas com base em sugestões no mês de dezembro poderá estar relacionado com o facto de muito do conteúdo sugerido ao Polígrafo por leitores já estar previamente identificado pelo Facebook, tal como se observa nos dados apresentados.

Já em relação à verificação de afirmações de figuras públicas sobre a Covid-19, esta registou um decréscimo ao longo dos quatro meses. Tal como já referido, observa-se uma diminuição proporcional ao aumento de verificações com origem no Facebook, ou seja, uma justificação para tal podem ser apenas as escolhas editoriais realizadas, priorizando-se a análise de desinformação nas redes sociais, outra é a moderação da comunicação pública sobre a situação pandémica no país.

Por outro lado, a análise das avaliações atribuídas às peças de *fact-checking* que integram este estudo permite chegar também a uma série de conclusões. A primeira, a de que, em todos os meses, a classificação “falso” foi a mais utilizada. É natural que, estando na génese do Polígrafo e dos *fact-checkers* em geral a intenção de “afastar a mentira do espaço público”⁶⁹, necessariamente, a maioria dos artigos versem sobre verificações que acabam por se concluir como falsas ou com um determinado nível de falsidade. Olhando para a totalidade dos artigos em análise, apenas 17% foram classificados como integralmente verdadeiros e 10% como sendo “verdadeiros, mas...”, ou seja, restam 73% dos artigos que assinalaram informações com um determinado grau de falsidade. A conclusão a retirar da análise dos dados sobre as avaliações atribuídas aos *fact-checks* sobre Covid-19 é a predominância de verificação de conteúdo que acaba por ser dado como completamente falso ou cujo grau de veracidade se afasta da integridade que o selo “verdadeiro” confere à informação avaliada.

⁶⁹Estatuto Editorial do Jornal Polígrafo. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/institucional/artigos/estatuto-editorial> [acedido a 22 de junho de 2021]

O tratamento de dados realizado acima mostrou também por que categorias temáticas se distribuiu o conteúdo analisado pelo Polígrafo, durante o período em análise, tal como descrito na tabela 1. Em setembro, o tópico mais trabalhado foi o do “contágio”, ocupando 29% do total de artigos. Nos meses seguintes, em outubro e novembro, as medidas de prevenção foram o tema em destaque para 25% e 29% das verificações, respetivamente. Ora, após ter sido registada uma descida e posterior estagnação do número de casos de Covid-19 em Portugal durante os meses de verão de 2020, relativamente ao primeiro pico de contágios registado em abril, nos meses de outubro e novembro verificou-se a maior subida do número de infetados em Portugal até esse momento. O pico deste aumento foi atingido a 16 de novembro de 2020, tal como se pode verificar na figura 2 deste capítulo. Tendo em conta a situação pandémica, foram tomadas medidas de contenção da doença por parte do Governo, como por exemplo, o decreto de períodos de “Estado de Emergência” e a imposição de restrições à circulação⁷⁰. A aplicação deste tipo de medidas gerou, desde o início da pandemia, controvérsia e confusão em grande parte da população, muitas das vezes causada pela falta de clareza e acessibilidade da comunicação política ou até da questionabilidade jurídica de algumas das medidas. Não é então de estranhar que, principalmente aqueles que se indignavam com este tipo de decisões, acabassem nas redes sociais a produzir conteúdo desinformativo precisamente sobre a pandemia, a doença e as medidas implementadas para a sua contenção.

O mês de dezembro é especialmente revelador no que se refere a esta análise dos artigos por categorias. Tal como se observa na tabela 1, a categoria que protagonizou as verificações neste mês, compreendendo 58% de todo o conteúdo publicado, foram as vacinas contra a Covid-19. A 14 de dezembro de 2020, foi administrada a primeira vacina contra a Covid-19 nos EUA⁷¹. Na Europa, a Agência Europeia do Medicamento (EMA) aprovou, no dia 21 de dezembro, o uso de emergência da vacina desenvolvida em conjunto pela BioNTech e Pfizer contra a covid-19⁷². Foram precisamente as primeiras administrações da vacina contra o novo coronavírus e as semanas que lhes antecederam que despoletaram a

⁷⁰“Costa anuncia recolher obrigatório no dia do maior aumento de casos de Covid-19 em Portugal”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/11/07/sociedade/noticia/covid19-governo-reunese-hoje-concretizar-medidas-estado-emergencia-1938304> [acedido em 22 de setembro de 2021]

⁷¹“Estados Unidos começam vacinação contra a covid-19. Primeiras vacinas foram dadas em Nova Iorque”. Disponível em: [Estados Unidos começam vacinação contra a covid-19. Primeiras vacinas foram dadas em Nova Iorque | Coronavírus | PÚBLICO \(publico.pt\)](https://www.publico.pt/2020/12/21/ciencia/noticia/agencia-europeia-medicamento-aprova-vacina-pfizerbiontech-covid19-1943766) [acedido em 22 de setembro de 2021]

⁷²“Vacina da BioNTech-Pfizer para a covid-19 aprovada na UE, mas há que continuar a usar máscara”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/12/21/ciencia/noticia/agencia-europeia-medicamento-aprova-vacina-pfizerbiontech-covid19-1943766> [acedido em 22 de setembro de 2021]

circulação massiva de desinformação, principalmente nas redes sociais. Uma das informações falsas que atingiu um maior impacto viral durante este mês foi o rumor de que as vacinas inovadoras desenvolvidas a partir da tecnologia mRNA, precisamente as primeiras a ser aprovada contra a Covid-19, tinham a capacidade de alterar o material genético do ser humano inoculado⁷³. Assim, não é surpreendente que se registre uma taxa elevada de *fact-checking* a informações sobre vacinas, uma vez que era este o tema do momento, principalmente, nas redes sociais.

Relacionando os dados relativos às categorias que serviram de base às diversas verificações realizadas durante os quatro meses e o número e percentagem de artigos avaliados como sendo falsos, é possível chegar a diversas conclusões.

Tópico	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		
	Total	Falso	Falso (%)	Total	Falso	Falso (%)	Total	Falso	Falso (%)	Total	Falso	Falso (%)
Estatísticas	4	2	50%	4	1	25%	6	2	33%	4	2	50%
M.Terapêuticos	2	1	50%	3	2	67%	5	1	20%	3	2	67%
Testes	5	3	60%	3	3	100%	2	2	100%	3	2	67%
Medidas	4	2	50%	10	4	40%	13	6	46%	3	2	67%
Contágio	10	3	30%	1	1	100%	4	0	0%	1	0	0%
Máscaras	4	4	100%	8	7	88%	5	4	80%	1	1	100%
Vacinas	1	0	0%	3	2	67%	5	1	20%	23	15	65%
Outros	5	2	40%	8	6	75%	5	2	40%	2	2	100%

Tabela 3 - Número de artigos por mês e tópico cruzados com o número e percentagem destes que estão classificados com a avaliação “falso”

Na tabela 3, é possível visualizar, por exemplo, que no mês de dezembro, do total de 23 verificações realizadas sobre vacinas, 15 delas foram classificadas enquanto falsas, ou seja, 65%. Observa-se, por exemplo com o tópico das máscaras, um cenário em que em todos os meses mais de 80% das peças de *fact-checking* são avaliadas com o selo de falsidade. Situação idêntica, mas não tão pronunciada, é a do tópico dos testes de deteção do vírus, em que registou, em todos os meses, mais de 60% de artigos falsos.

⁷³“Vacinas de mRNA intervêm ‘diretamente no material genético do paciente?’”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/vacinas-de-mrna-intervem-diretamente-no-material-genetico-do-paciente> [acedido em 22 de setembro de 2021]

Discutem-se também os resultados obtidos através da análise dos dados sobre os países aos quais se referia a informação analisada nos artigos publicados pelo Polígrafo. Destacou-se, com grande vantagem, a quantidade de informação analisada relacionada com os EUA. De um total de 40 artigos que versavam sobre factos estrangeiros, 19 eram sobre este país. São muitos os fatores que explicam esta situação, entre eles o facto de este ter sido o primeiro país a aprovar o uso de emergência de uma vacina contra a Covid-19⁷⁴. Os EUA são também o palco, desde o início da pandemia, de numerosos movimentos negacionistas e grupos que defendem teorias da conspiração relacionados com a pandemia. Assim, não é de estranhar que, por exemplo, as publicações nas redes sociais de teor desinformativo e conspirativo cheguem a Portugal, por vezes até já traduzidas ou com legendas em língua portuguesa, no caso dos vídeos.

A China apresenta-se como o segundo país estrangeiro cuja informação analisada pelo Polígrafo mais diz respeito. Foram realizados seis artigos que analisavam temas relacionados com este país. O facto de a China ser o país de origem do vírus fez com que, logo no início da pandemia, a grande parte da desinformação a circular estivesse relacionada com o país e à situação pandémica que se desenrolava ainda de forma isolada. Apesar de mais reduzida, verificava-se ainda no final de 2020, a tendência para a necessidade de verificação de informação relacionada com o país.

Relativamente às restantes nações que figuram no gráfico 9 e que durante estes meses figuraram como tema em três ou menos *fact-checks* sobre Covid-19, destaca-se a verificação de conteúdos relacionados com o Brasil e com a Suécia. No que respeita ao primeiro, a questão da língua portuguesa potencia a partilha de publicações nas redes sociais. Já em relação à Suécia, desde o início da pandemia que a informação a circular sobre este país foi regular nas redes sociais. A abordagem que privilegiava a “responsabilização individual”⁷⁵ e a introdução de restrições mínimas à circulação tornou o país num caso modelo que muita tinta fez correr nas redes sociais, conteúdo muitas das vezes verificado por conteúdo

⁷⁴Neste contexto, foram disseminados vários rumores e vídeos que se tornaram virais e que, por exemplo, descontextualizavam desmaios e outras reações às primeiras inoculações realizadas nos EUA. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/video-que-mostra-enfermeira-a-desmaiar-apos-receber-vacina-da-pfizer-e-autentico> [acedido em 1 de outubro de 2021]

⁷⁵“Covid-19: Número de mortos preocupa, mas a Suécia mantém abordagem de “responsabilização individual”. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/04/21/mundo/noticia/covid19-numero-mortos-preocupa-suecia-mantem-abordagem-responsabilizacao-individual-1913243> [acedido em 1 de outubro de 2021]

incorreto, principalmente relativo aos dados estatísticos sobre a situação pandémica neste país⁷⁶.

Pela forma como se destacou em praticamente todos os indicadores tratados, é importante olhar para os resultados obtidos através da recolha e análise de dados sobre o mês de dezembro. De forma resumida, durante este mês registou-se a maior concentração de *fact-checks* sobre Covid-19 num determinado tema – neste caso as vacinas contra a doença, correspondendo a 58% da produção mensal no que respeita a peças relacionadas com a pandemia.

	Dezembro		
Tópico	Vacinas	23	58%
Classificação	Falso	26	65%
Origem	Facebook	37	93%
Método	Especialistas	23	58%
	Autoridades	15	38%
	Artigos	28	70%
Países	Estrangeiro	20	50%
	EUA	11	28%

Tabela 4 -Análise concreta ao mês de dezembro por cada um dos indicadores analisados

Destaca-se ainda a percentagem de peças de verificação classificadas com o selo “falso”, 65% durante este mês. O Facebook posicionou-se, no último mês do ano, como a origem definitiva para a quase totalidade da informação verificada, com um total de 37 artigos que correspondem a 93% de todos os artigos publicados. De ressaltar ainda o número de peças que tiveram como base informação sobre os EUA, um total de 11 que correspondem a 28% de todos os *fact-checks* lançados, nacionais ou internacionais.

Em resposta à questão de investigação que norteou este estudo - “Como é que a evolução da pandemia em Portugal influenciou as verificações de factos sobre Covid-19?”, conclui-se que existe uma influência evidente da evolução da pandemia de Covid-19 em Portugal nos artigos de *fact-checking* realizados pelo Polígrafo nos últimos quatro meses de 2020. O estudo permitiu verificar que o número de verificações de factos, com ênfase para as

⁷⁶ “OMS anunciou que a Suécia ‘neste momento tem zero casos novos’ de Covid-19?”. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/oms-anunciou-que-a-suecia-neste-momento-tem-zero-casos-novos-de-covid-19>. [acedido em 1 de outubro de 2021]

classificadas enquanto falsas, sobre o novo coronavírus aumentou à medida que subia o número de infectados pela doença no país. A chegada e avanço da época de Inverno acentuou o risco de uma sobrelotação dos hospitais e a necessidade de serem implementadas medidas de contenção da doença. Assim, a revolta de muitos em relação às regras que impunham, por exemplo, restrições à circulação, potenciaram a partilha de desinformação sobre o vírus nas redes sociais. Além disso, verificou-se, no mês de dezembro, uma alteração brusca do panorama desinformativo sobre Covid-19, com grande parte das peças de fact-checking analisadas a terem como objeto de verificação as vacinas contra a Covid-19, registando-se uma viragem definitiva para aquele que passaria a ser um dos principais focos de desinformação sobre a doença.

CONCLUSÃO

A revisão da literatura realizada no presente relatório permite enquadrar historicamente o surgimento da atividade de *fact-checking* enquanto meio de verificação independente num contexto tecnológico em que o público, outrora mero recetor de informação, passa a atuar enquanto agente de *gatekeeping*. Desta multiplicação de portas de entrada e saída de informação emergem questões complexas, nomeadamente a ausência de verificação dos factos divulgados, por exemplo, em publicações nas redes sociais ou a clara inexistência de códigos de conduta e/ou legislação a regular a disseminação de informação por parte de qualquer indivíduo não profissional da comunicação.

Fica claro que a partilha indiscriminada de informação ganha uma dimensão ainda maior em cenários eleitorais, tal como aconteceu nos EUA e no Reino Unido em 2016 ou no Brasil em 2018, com os movimentos políticos, principalmente os populistas, a tirarem partido de um novo meio que, por ser insuficientemente escrutinado, permite ações de campanha baseadas na partilha de informação falsa ou enganadora. Tirando partido da informação recolhida por algoritmos, tal como aconteceu no caso da Cambridge Analytica, os candidatos eleitorais conseguiram fazer chegar mensagens personalizadas aos eleitores que, através de *bots*, por exemplo, criavam um canal de comunicação direto, apelando aos sentimentos e crenças enraizados em cada indivíduo, anulando por completo o rigor da factualidade transmitida pelos órgãos de comunicação tradicionais ou da análise política realizada por especialistas. É, portanto, evidente a influência que a partilha em massa de informação falsa ou enviesada, criada para favorecer um determinado candidato, pode assumir durante processos eleitorais. Assim, retira-se uma consequência direta da partilha massiva de informação não verificada: o enfraquecimento dos processos democráticos.

Num cenário informativo em que o risco de partilha e receção de informações falsas é elevado, são necessárias soluções concretas para extinguir, ou pelo menos atenuar, os efeitos desta exposição constante. A longo prazo, uma aposta séria na literacia mediática e na sua integração nos programas educacionais, oferecendo aos mais jovens as ferramentas que lhes permitam ser os seus próprios *fact-checkers*, parece ser a solução mais definitiva, mas também a menos imediata. Assim sendo, o papel dos jornais e plataformas de *fact-checking* é tido como crucial, apesar das suas limitações, na ação de verificação de

desinformação, não só de um ponto de vista imediato, através da análise e integração da informação numa escala de classificação que avalia o seu nível de veracidade, mas também colocando ao dispor do público os métodos e ferramentas de verificação utilizados pelos *fact-checkers* que, em muitos casos, são acessíveis ao cidadão comum. Ou seja, é preciso demonstrar que tal como existe uma facilidade tremenda na partilha e acesso de informação, é também, relativamente simples cada indivíduo atuar como o seu próprio verificador, baseando as suas partilhas em notícias de órgãos de comunicação social fidedignos, utilizando programas gratuitos de verificação de imagens ou consultando artigos científicos.

Desde a criação dos primeiros projetos, nos anos 90 e início do século XXI, até agora, os jornais de *fact-checking* desenvolveram-se não só em número, mas também em dimensão e na capacidade de verificação de informação, nas redes sociais e fora delas. A pandemia de Covid-19 veio, no entanto, colocar novos desafios a esta atividade. O aparecimento de uma nova doença, sobre a qual pouco se sabia e pouca literatura científica existia, fez com que desde muito cedo a informação a circular fosse pouco rigorosa e difusa. Os *fact-checkers* tiveram de se adaptar de forma rápida e prática a uma nova realidade desinformativa baseada na saúde e na ciência, áreas nem sempre trabalhadas com a maior regularidade. A utilização de epidemiologistas, pneumologistas e médicos especialistas em saúde pública enquanto fonte, bem como da consulta de informação emitida pelos Governos e autoridades de saúde tornaram-se rotinas diárias dos verificadores de factos por todo o mundo.

Através do estudo empírico realizado com base nos artigos de verificação realizados pelo Polígrafo nos últimos quatro meses de 2020 é possível observar os fluxos desinformativos e a forma como estes se relacionaram com a evolução do surto pandémico em Portugal e no Mundo. Apurou-se que a grande maioria da informação verificada foi classificada com um determinado grau de falsidade e que, pelo menos no caso do Polígrafo, o principal meio onde circulava a desinformação analisada foi o Facebook. Os dados recolhidos nos 160 *fact-checks* sobre Covid-19, que fizeram parte deste estudo, permitem compreender que o desenvolvimento da pandemia afetou a informação a circular nas redes sociais, e, conseqüentemente, os objetos e a quantidade de verificações realizadas.

No caso concreto da pandemia provocada pelo coronavírus, é evidente o papel que os *fact-checkers* assumiram no combate à desinformação. No entanto, apesar dos esforços efetuados é notória a insuficiência que a verificação dita “manual”, realizada nas suas várias fases apenas por um ou mais jornalistas, pode ter na eliminação, em larga escala, do volume

de desinformação que tem tendência para aumentar, principalmente em cenários de crise política, económica, social e de saúde pública. Assim, daqui em diante, será importante, em primeiro lugar, apostar no desenvolvimento de ferramentas e programas automatizados que auxiliem a atividade dos *fact-checkers*, atendendo sempre às limitações que estes processos podem ter. Mas, mais urgente ainda, é a necessidade de serem integradas nos programas escolares disciplinas de literacia mediática e, por exemplo, atendendo ao caso concreto, de literacia para a saúde, que se adaptem às idades das crianças e dos jovens e ao progresso dos meios tecnológicos que trazem cada vez mais desafios à verificação de informação.

BIBLIOGRAFIA

Allcott, Hunt, and Matthew Gentzkow. (2017). Social Media and Fake News in the 2016 Election. *Journal of Economic Perspectives*, 31 (2): 211-36.

Amaral, I., & Santos, S. J. (2019). Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. In J. Figueira & S. C. Santos (Eds.), *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade: manipulação, polarização, filter bubbles* (pp. 63-85). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amazeen, M. A. (2020). Journalistic interventions: The structural factors affecting the global emergence of fact-checking. *Journalism*, 21(1), 95–111.

Arnaudo, D. (2017). Computational Propaganda in Brazil: Social Bots during Elections. *Computational Propaganda Research Project*, 8, 1–39.

Arnold, P. (2020). The challenges of online fact checking. Published by Full Fact, November 2020. Published under the Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International License. Disponível em: <https://fullfact.org/media/uploads/coof-2020.pdf> [acedido em 10 de setembro de 2021]

Bakir, V., & McStay, A. (2017). Fake News and The Economy of Emotions: Problems, causes, solutions. *Digital Journalism*, 6(2), 154–175.

Bastos, M. T., & Mercea, D. (2019). *The Brexit Botnet and User-Generated Hyperpartisan News*. *Social Science Compute Review*, 37(1), 38–54.

Benites, A. (2018) A máquina de ‘fake news’ nos grupos a favor de Bolsonaro no WhatsApp. El País Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537997311_859341.html [acedido em 10 de outubro de 2021]

Bloyd-Peshkin, S. & Sivek, S. (2017). Magazines find there’s little time to fact-check online. *Columbia Journalism Review*. Disponível em: <https://www.cjr.org/b-roll/magazine-fact-checking-online.php> [acedido em 26 de maio de 2021]

Cassedy, J. H. (1964). Muckraking and medicine: Samuel Hopkins Adams. *American Quarterly*, 16(1), 85–99.

Cervi, L., García, F., & Marín-Lladó, C. (2021). Populism, Twitter, and COVID-19: Narrative, Fantasies, and Desires. *Social Sciences*, 10(8), 294. MDPI AG. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0760/10/8/294/htm> [acedido em 24 de setembro de 2021]

Chou, W.-Y. S., Gaysynsky, A., & Vanderpool, R. C. (2021). *The COVID-19 Misinfodemic: Moving Beyond Fact-Checking*. *Health Education & Behavior*, 48(1), 9–13.

Clark D. (2020). *Trump suggests 'injection' of disinfectant to beat coronavirus and 'clean' the lungs*. NBC News. Disponível em: [Trump suggests 'injection' of disinfectant to beat coronavirus and 'clean' the lungs \(nbcnews.com\)](https://www.nbcnews.com/health/ trump-suggests-injection-of-disinfectant-to-beat-coronavirus-and-clean-the-lungs-nbcnews.com) [acedido em 24 de setembro de 2021]

Correia, J. & Amaral, I. (2021). A deriva da desinformação: uma ameaça à identidade jornalística. In Correia, J. & Amaral, I. (Eds.) *De que falamos quando dizemos “jornalismo”?* (pp. 53-78). Covilhã: Editora LabCom.

Dicke, W. (1995). *Georges Seldes is dead at 104; An early, fervent press critic*. The New York Times. Disponível em: [George Seldes Is Dead at 104; An Early, Fervent Press Critic - The New York Times \(nytimes.com\)](https://www.nytimes.com/1995/05/27/us/georges-seldes-is-dead-at-104-an-early-fervent-press-critic.html) [acedido em 28 de maio de 2021]

DiFranzo, D., & Gloria-Garcia, K. (2017). Filter bubbles and fake news. *XRDS: Crossroads, The ACM Magazine for Students*, 23(3), 32–35.

Dobbs, M. (2012). The rise of political fact-checking. *Media Policy Initiative: Research Paper*. Disponível em: <https://www.issuelab.org/resources/15318/15318.pdf> [acedido em 10 de junho de 2021]

ERC. (2019). *A Desinformação - Contexto Europeu e Nacional*. Entidade Reguladora Para a Comunicação Social (ERC). Disponível em: <https://www.erc.pt/pt/noticias/a-desinformacao-contexto-europeu-e-nacional-em-consulta-publica> [acedido a 26 de junho de 2021]

Garrett, L. (2020). COVID-19: the medium is the message. *The Lancet*, 395(10228), 942–943.

Graves, L. (2013). Deciding What’s True: Fact-Checking Journalism and the New Ecology of news. *Columbia University*. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8XG9Z7C> [acedido em 26 de maio de 2021]

Graves, L., & Cherubini, F. (2016). The Rise of Fact-Checking Sites in Europe (Reuters Institute Digital News Report). *Reuters Institute for the Study of Journalism*. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:d55ef650-e351-4526-b942-6c9e00129ad7> [acedido em 10 de junho de 2021]

Grimes, D. R. (2021). Medical disinformation and the unviable nature of COVID-19 conspiracy theories. *PLoS ONE*, 16 (3 March), 1–17.

Graves, L. (2018). Understanding the Promise and Limits of Automated Fact-Checking. Technical report. *Reuters Institute, University of Oxford*. Disponível em: [Understanding the Promise and Limits of Automated Fact-Checking | Reuters Institute for the Study of Journalism \(ox.ac.uk\)](#) [acedido a 2 de setembro de 2021]

Ireton, C., & Posetti, J. (2018). Journalism, “fake news” & disinformation: handbook for journalism education and training. UNESCO. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1641987> [acedido em 16 de maio de 2021]

Islam, M. S., Sarjar, T., Khan, S. H., Kamal, A. H. M., Murshid Hasan, S. M., Kabir, A., Yeasmin, D., Islam, M. A., Chowdhury, K. I. A., Anwar, K. S., Chughtai, A. A., & Seale, H. (2020). COVID-19-Related infodemic and its impact on public health: A global social media analysis. *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene*, 103(4), 1621–1629.

Ituassu, A., Lifschitz, S., Capone, L., & Mannheimer, V. (2018). De Donald Trump a Jair Bolsonaro: democracia e comunicação política digital nas eleições de 2016, nos Estados Unidos e no Brasil. *Atas do 8º Congresso COMPOLÍTICA (Vol. 15)*, 1–25.

Lewandowsky, S., Ecker, U. K. H., Seifert, C. M., Schwarz, N., & Cook, J. (2012). Misinformation and Its Correction: Continued Influence and Successful Debiasing. *Psychological Science in the Public Interest, Supplement*, 13(3), 106–131.

Luengo, M., García-Marín, D. (2020). The performance of truth: politicians, fact-checking journalism, and the struggle to tackle COVID-19 misinformation. *American Journal of Cultural Sociology* 8, 405–427.

Maranhão Filho, E. M. de A., Coelho, F. M. F., & Dias, T. B. (2019). Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional. *Correlatio*, 17(2), 65-90.

Moreno, J., Cardoso, G., Narciso, I., Palma, N., Pinto-Martinho, A., Crespo, M. et al. (2020). *Informação e desinformação sobre o Coronavírus nas notícias e nas redes sociais em Portugal*. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/informacao-e-desinformacao-sobre-o-coronavirus-nas-noticias-e-nas-redes-sociais-em-portugal/70893> [acedido em 23 de setembro de 2021]

Nakov, P., Corney, D., Hasanain, M., Alam, F., Elsayed, T., Barrón-Cedeño, A., Papotti, P., Shaar, S., & Da San Martino, G. (2021). *Automated Fact-Checking for Assisting Human Fact-Checkers*, 1, 4551–4558. Disponível em: [\[2103.07769\] Automated Fact-Checking for Assisting Human Fact-Checkers \(arxiv.org\)](#) [acedido em 15 de agosto de 2021]

Nunes, R. (2019). *O Quarto Poder Castrado* (Trabalho apresentado no XI Congresso SOPCOM). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/32674> [acedido em 24 de junho de 2021]

Pennycook, G., McPhetres, J., Zhang, Y., Lu, J. G., & Rand, D. G. (2020). Fighting COVID-19 Misinformation on Social Media: Experimental Evidence for a Scalable Accuracy-Nudge Intervention. *Psychological Science*, 31(7), 770–780.

ur Rehman, I. (2019). Facebook-Cambridge Analytica data harvesting: What you need to know. *Library Philosophy and Practice*, 1-11.

Rodrigues, D. (2020). *Pandemia de desinformação: uma análise dos tipos de notícias falsas sobre o novo coronavírus e como agências de fact-checking tratam a desinformação no Brasil e em Portugal*. 26–53. Disponível em: <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/informacao-e-desinformacao-sobre-o-coronavirus-em-portugal---whatsapp-facebook-e-pesquisas/70894> [acedido em 23 de setembro de 2021]

Rômany, I. (2020). ‘Gripezinha’, cloroquina, fim de pandemia: 10 informações falsas ditas por Bolsonaro sobre a Covid-19 em 2020. Agência Lupa – plataforma de *fact-checking* integrada no jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/> [acedido em 24 de setembro de 2021]

Rudnitzki, E. (2020). Vídeos "deepfake": Brasileiros são o segundo maior público de aplicação que "troca rostos" de políticos e celebridades. *Agência Pública*. Disponível em: <https://poligrafo.sapo.pt/internacional/artigos/videos-deepfake-brasileiros-sao-o-segundo-maior-publico-de-aplicacao-que-troca-rostos-de-politicos-e-celebridades> [acedido em 24 de setembro de 2021]

Scriber, B. (2016). *Who decides what's true in politics? A history of the rise of political fact-checking*. Poynter. Disponível em: <https://www.poynter.org/fact-checking/2016/who-decides-whats-true-in-politics-a-history-of-the-rise-of-political-fact-checking/> [acedido em 27 de maio de 2021]

Silverman, C. (2016) *This Analysis Shows how Fake Election News Stories Outperformed Real News on Facebook*. BuzzFeed News. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/viral-fake-election-news-outperformed-real-news-on-facebook> [acedido em 10 de outubro de 2021]

Silverman, C. & Singer-Vine, J. (2016). *Most Americans Who See Fake News Believe It, New Survey Says*. BuzzFeed News. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/fake-news-survey> [acedido em 10 de outubro de 2021]

Stencel M. & Luther J. (2021). *Annual census finds nearly 300 fact-checking projects around the World*. Disponível em: <https://reporterslab.org/annual-census-finds-nearly-300-fact-checking-projects-around-the-world/> [acedido a 12 de setembro de 2021]

Singer, J. B. (2014). User-generated visibility: Secondary gatekeeping in a shared media space. *New Media and Society*, 16(1), 55–73.

Spinelli, E. M., & Santos, J. D. A. (2018). Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. *Revista Observatório*, 4(3), 759-782..

Thorne, J., & Vlachos, A. (2018). *Automated Fact Checking: Task formulations, methods and future directions*. arXiv preprint arXiv:1806.07687. Disponível em: [\[1806.07687\] Automated Fact Checking: Task formulations, methods and future directions \(arxiv.org\)](https://arxiv.org/abs/1806.07687) [acedido em 15 de agosto de 2021]

Van Dijck, J. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance and Society*, 12(2), 197–208.

Van der Linden, S., Roozenbeek, J., & Compton, J. (2020). Inoculating Against Fake News About COVID-19. *Frontiers in Psychology*, 11, 1–7.

Vargas, I. (2020). Fakenews e Política: A influencia da pós-verdade na ascensão da extrema-direita. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, 67, 1–6.

Vosoughi, S., Deb, R., & Aral, S. (2018). False news is big news. *MIT Initiative on the Digital Economy Research Brief*, 359(6380), 1146–1151. Disponível em: <https://ide.mit.edu/wp-content/uploads/2018/12/2017-IDE-Research-Brief-False-News.pdf> [acedido a 10 de setembro de 2021]